



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**CURSO DE MESTRADO**

**TÂNIA REGINA POLHMANN CAPARROZ**

**A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR**  
**EM BARBOSA FERRAZ**

**MARINGÁ**

**2011**

**TÂNIA REGINA POLHMANN CAPARROZ**

**A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
EM BARBOSA FERRAZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de Concentração: Organização do Espaço Habitado, pela Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças de Lima

**MARINGÁ**

**2011**

TÂNIA REGINA POLHMANN CAPARROZ

**A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR  
EM BARBOSA FERRAZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de Concentração: Organização do Espaço Habitado, pela Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças de Lima (Orientadora)

Universidade Estadual de Maringá

---

Prof. Dr. Ednaldo Michelon

Universidade Estadual de Maringá

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Youko Tsukamoto

Universidade Estadual de Londrina

## **Dedico este trabalho**

Muito especialmente, a vocês,  
minha Mãe, Aparecida, meu esposo, Fábio, meus filhos, Gabriel e Daniel,  
minha irmã, Luísa e meu irmão Paulinho (in memoriam).

Pelo apoio e compreensão irrestritos  
ao meu projeto de vida profissional que,  
em muito vocês participaram.

## AGRADECIMENTOS

Todas as etapas de um trabalho acadêmico são importantes, mas de todas elas o final é imensuravelmente gratificante. Maior ainda é pensar que tudo isso é fruto de um esforço coletivo de pessoas que não mediram contribuir direta ou indiretamente de forma decisiva em cada etapa da notável caminhada.

À Professora Doutora Maria da Graça de Lima que, com amizade, seriedade, competência e abertura de espírito, soube decifrar e encaminhar as primeiras idéias, quase sempre confusas, do projeto de pesquisa originando essa dissertação de mestrado.

Pessoas que fizeram parte: Agnes (UEM), Sueli Oliveira, Everton Rodrigues, Andressa Rodrigues, Thiago Pascoto, Neusa Novato Paglia, Selma Maria Gambaro, Leda do Lago Silva, Moacir Nunes da Silva, Selene Aparecida Mirandula, Gleison Luiz Manciola, Greziele Manciola Rodrigues, Meire Miliossi, Waldemar Brandalise, Cintia Ferreira...

À minha família, Fábio, Gabriel e Daniel pela compreensão da ausência no convívio familiar.

À minha Mãe e amiga que esteve sempre ao meu lado auxiliando com seu profissionalismo e carinho.

Ao meu afilhado e amigo, Clóvis Gâmbaro, pelo apoio irrestrito e paciência, colocando a disposição parte de seu precioso tempo e total competência profissional na orientação do uso de softwares e outros instrumentos técnicos, contribuindo de forma brilhante na produção de cada etapa do trabalho.

Professora Ana Maria Barbosa Gontijo, pelo incentivo em cursar o Mestrado e auxílio na correção gramatical de outros trabalhos.

Sirlene Carvalho, pelo interesse nas etapas do Mestrado e muitas vezes, ouvindo meus lamentos, minhas dificuldades incentivou-me na caminhada.

Aos agricultores(as) familiares do Município de Barbosa Ferraz pelo fornecimento de entrevistas e demais informações sobre o cotidiano de suas vidas.

Especial agradecimento à família dos produtores que faleceram pouco tempo após fornecerem as entrevistas: Samuel Carvalho e Sandra Pacheco Menini.

Professor Doutor Ednaldo Michelon e Jorge Villa Lobos, pelas sugestões e críticas por ocasião da realização do exame de qualificação.

Ao meu Deus que em nenhum momento me desamparou e me deu saúde física, emocional e psíquica para realizar as etapas necessárias desse projeto.

A todos (as) os meus mais sinceros agradecimentos.

FÉ

Nenhuma flor veste tão adoravelmente um azul como aquelas que crescem ao pé das  
montanhas geladas;  
Nenhuma estrela cintila tão brilhantemente quanto aquelas que reluzem no céu polar;  
Não há água tão saborosa e doce como a que salta no meio da areia do deserto;  
Nenhuma Fé é tão preciosa como a que vive e triunfa na adversidade!!!

"A Fé provada traz Experiência!"

(Spurgeon)

## RESUMO

O título desta dissertação, A Dinâmica da Agricultura Familiar em Barbosa Ferraz, traz em seu bojo considerações sobre as consequências da modernização da agricultura brasileira dos anos de 1960 para o segmento do agricultor familiar. Inicialmente considerou-se a diversificada terminologia utilizada pelos pesquisadores e pelo poder governamental para se referir a este segmento social. Em seguida fez-se uma abordagem histórico-geográfica na perspectiva de compreender as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, pautadas pelas várias conjunturas socioeconômicas. Entre as várias transformações desse espaço, a modernização da agricultura do Norte do Estado do Paraná é tida como modelo no contexto brasileiro. Ainda nesta abordagem, as políticas de crédito rural foram elencadas como referencial histórico para compreender tais mudanças, as quais levaram o governo brasileiro a dar uma atenção especial ao segmento, implantando, a partir de 1995, uma forte política de crédito ao agricultor familiar, que o é Pronaf. Na busca por compreender a situação desse agricultor no território barbosense, resgatou-se o processo de ocupação e desenvolvimento econômico referente à sua produção agropecuária. Para caracterizar a realidade agrária do município de Barbosa Ferraz, tomou-se como ferramenta principal a pesquisa social de campo, a qual enfocou tanto a situação ambiental da propriedade, sua área e tipos de cultivo, quanto às condições socioeconômicas do agricultor familiar.

**Palavras-chave:** Modernização da agricultura; agricultor familiar; Políticas; Conjunturas econômicas.

## ABSTRACT

This work of dissertação whose heading: The Dynamics of Familiar Agriculture in Barbosa Ferraz, bring in its bulge considerações on the consequências of the modernization of Brazilian agriculture of the years of 1960 for the segment of the small familiar agriculturist. Initially the some terminologies used for the researchers and the governmental power are considered to mention themselves to this social segment. After that a description-geographic boarding in the perspective becomes to understand the occurred transformations in the Brazilian agrarian space, pautadas for the some socioeconômicas conjunctures. Of the some transformations of this space, the modernization of the agriculture of the North of the State of the Paraná is had as model in the Brazilian context. Still in this boarding, the agricultural credit policies are elencadas as referencial description to understand such changes that thus led, on the part of the Brazilian government coming back a special attention to the segment, implanting from the decade of the years of 1995 one fort credit policy to the small familiar agriculturist, that it is Pronaf. Searching to understand the situation of the small familiar agriculturist in the barbosense territory, one rescued the process of occupation and directed economic development to its farming production. E to characterize the agrarian reality of the city of Barbosa Ferraz, was overcome as main tool the social research of field that focused since the ambient situation of the property, area and type of cultivos, how much the socioeconômicas conditions of the small familiar agriculturist.

**Keywords:** Modernization of agriculture. Small familiar agriculturist. Politics. Economic conjunctures.

## LISTA DE MAPAS E IMAGENS

Mapa 1	Barbosa Ferraz: localização dos distritos administrativos e bairros pesquisados .....	17
Mapa 2	Divisão Regional do Estado do Paraná	18
Mapa 3	Localização do Município de Barbosa Ferraz no Brasil, Estado do Paraná e Mesorregião Centro Ocidental .....	39
Imagem 1	Bairro Ortiguinha: plantação de abacaxi .....	68
Imagem 2	Bairro Ortiguinha: plantação de maracujá .....	69
Imagem 3	Distrito de Ourilância: plantação de ameixa e produção de mel de abelha Jataí .....	69
Imagem 4	Criação de bicho-da-seda, bovinos e suínos .....	70
Imagem 5	Bairro São Joaquim: reserva nativa de 12,10 ha .....	74
Imagem 6	Agricultor Familiar arando a terra: Distrito de Tereza Breda .....	76

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários brasileiros – 1960-2006.....	30
Tabela 2	Variação da oferta do crédito agrícola no Brasil na década de 1980 .....	31
Tabela 3	Agricultura familiar – aumento na produção.....	38
Tabela 4	Estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas, anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 – Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense ...	43
Tabela 5	Estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas, anos de 1970, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006 – Município de Barbosa Ferraz – PR .....	44
Tabela 6	Estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas, anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 – Estado do Paraná .....	45
Tabela 7	Principais produtos cultivados no município de Barbosa Ferraz – Ano de 1970 .....	47
Tabela 8	Rebanho animal, aves e produção de leite no município de Barbosa Ferraz – Ano de 1970 .....	48
Tabela 9	Número de cabeças do rebanho e aves nos principais grupos de áreas Paraná: 1970 .....	49
Tabela 10	Principais produtos cultivados no município de Barbosa Ferraz: anos de 1980 e 1985 .....	50
Tabela 11	Rebanho animal, aves e produção de leite no município de Barbosa Ferraz: Ano 1980 e 1985 .....	51
Tabela 12	Lavoura: quantidade produzida no município de Barbosa Ferraz – Anos: 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 2000, 2005 e 2008 .....	53
Tabela 13	Efetivo dos rebanhos no município de Barbosa Ferraz – Anos: 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 2000, 2005 e 2008 .....	55
Tabela 14	Taxa geométrica de crescimento anual do município de Barbosa Ferraz e Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná .....	57
Tabela 15	Total de estabelecimentos e área por condição de produtor: proprietário, arrendatário e parceiro do Estado do Paraná, Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, Microrregião de Campo Mourão e Município de Barbosa Ferraz, 1995-1996 .....	62

Tabela 16	Total de estabelecimentos e área por condição de produtor: proprietário, arrendatário e parceiro do Estado do Paraná, Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, Microrregião de Campo Mourão e Município de Barbosa Ferraz, 2006 .....	63
Quadro 1	Período e principais produtos produzidos pelos pequenos produtores no Município de Barbosa Ferraz.	64
Tabela 17	Atividades de Conservação Ambiental desenvolvidas pela população Pesquisada .....	73
Tabela 18	Característica técnica e tecnológica do pequeno produtor rural .....	79
Quadro 2	Principais causas apontadas pela população pesquisada para a contratação de trabalhadores .....	80
Tabela 19	Dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar em Barbosa Ferraz .....	83

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Disponibilidade de Crédito do Pronaf: Ano Agrícola 1999/2000 a 2009/2010 .....	35
Gráfico 2	Idade dos agricultores familiares .....	55
Gráfico 3	Principais motivos que levam os Agricultores a continuar trabalhando com a terra .....	57
Gráfico 4	Escolaridade da população pesquisada .....	58
Gráfico 5	Tamanho da propriedade da população pesquisada .....	59
Gráfico 6	Origem da propriedade da população pesquisada .....	60
Gráfico 7	Situação da propriedade da população pesquisada .....	61
Gráfico 8	Condição do produtor rural no Paraná – período: 1970 a 2006 .....	61
Gráfico 9	Área destinada ao cultivo agrícola .....	66
Gráfico 10	Diversificação de produtos produzidos pela população pesquisada .....	67
Gráfico 11	Quantidade da produção destinada ao consumo familiar .....	71
Gráfico 12	Vegetação nativa: com e sem registro ou aguardando registro .....	72
Gráfico 13	Característica ambiental das propriedades .....	73
Gráfico 14	Utilização de crédito bancário .....	79
Gráfico 15	Utilização de PRONAF .....	79
Gráfico 16	As necessidades de sobrevivência da família da população pesquisada ...	81
Gráfico 17	Fonte de renda da população pesquisada .....	82
Gráfico 18	Causas da insatisfação da política agrícola federal no Brasil .....	84
Gráfico 19	Nível de satisfação da população em trabalhar com a terra .....	85
Gráfico 20	Causas da insatisfação da população em trabalhar com a terra .....	85

## LISTA DE SIGLAS

APROCOR	Associação de Produtores da Região de Corumbataí do Sul
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cfa	Clima subtropical úmido mesotérmico
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COAMO	Agroindustrial Cooperativa
COMCAM	Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural Solidário
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DERAL	Departamento de Economia Rural
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mineropar	Minerais do Paraná
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPON – MG	Núcleo de Estudos de Política Monetária – Minas Gerais
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMBF	Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SBCS	Sistema Brasileiro de Classificação de Solos do Brasil
SEAB	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SESC	Serviço Social do Comércio

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA</b> .....	15
1.1	<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	
1.2	<b>Divisão regional do Estado do Paraná</b> .....	17
1.3	<b>Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense</b> .....	18
2	<b>PEQUENO PRODUTOR RURAL OU AGRICULTOR FAMILIAR</b> .....	19
2.1	<b>ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO PARANAENSE</b> .....	24
2.1.1	<b>Conjuntura 1930-1960: esvaziamento do campo brasileiro</b> .....	24
2.2	<b>Modernização da agricultura brasileira: exemplo do Norte do Paraná</b>	27
2.3	<b>Conjuntura da década de 1990</b> .....	33
3	<b>O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ</b> .....	39
3.1	<b>Localização, caracterização física e socioeconômica</b> .....	39
3.2	<b>Origem e formação</b> .....	41
3.3	<b>Produção agrícola: 1950-1980</b> .....	45
3.4	<b>As atividades agropecuárias: a conjuntura posterior aos anos de 1980</b> .....	50
3.5	<b>Produção agrícola a partir de 1990</b> .....	52
4	<b>REALIDADE AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ</b> .....	54
4.1	<b>Caracterização social e econômica do agricultor familiar</b> .....	54
4.2	<b>Caracterização da propriedade</b> .....	58
4.3	<b>Caracterização da produção agropecuária entre os agricultores familiares: início da ocupação territorial</b> .....	64
4.4	<b>Perfil da agricultura familiar</b> .....	65
4.5	<b>Caracterização ambiental do agricultor familiar</b> .....	71
4.6	<b>Característica tecnológica do agricultor familiar</b> .....	74
4.7	<b>Contratação de trabalhadores</b> .....	80
4.8	<b>Principais enfrentamentos do agricultor familiar</b> .....	81
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este trabalho se propõe a apresentar reflexões do processo de modernização da agricultura no Brasil sobre o agricultor familiar, utilizando para este estudo as características socioeconômicas do agricultor familiar no município de Barbosa Ferraz.

É sabido pelos estudiosos do assunto, que a modernização da agricultura efetivada nos anos de 1960 no território brasileiro não atingiu a todos os agricultores. Portanto muitos daqueles que não foram atingidos pelas políticas agrícolas, não se inserindo às novas formas de produção e mesmo assim permaneceram no campo, sofrem pelas consequências e a cada dia tornam-se mais descapitalizados e sem condições de inserção no mercado.

Os agricultores familiares vão se afirmar como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro apenas no ano de 1990, quando as políticas públicas serão dirigidas também a atingi-los. No entanto, levanta-se a hipótese de que exista ainda uma parcela desses agricultores que não estão conseguindo se inserir às atuais políticas agrícolas brasileiras.

### 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Além da utilização dos dados estatísticos organizados por diversos órgãos responsáveis pelo setor agrícola (IBGE, IPARDES, DERAL, SEAB, EMATER, PMBF), realizou-se, por meio de trabalho de campo, entrevistas e questionários com vistas a levantar o quadro socioeconômico da categoria escolhida para estudo: os agricultores familiares do município de Barbosa Ferraz.

Para a determinação da amostragem que seria pesquisada, utilizou-se o método de “Pesquisa Social” adotado por Antônio Carlos Gil (1987), o qual destina uma fórmula básica para o cálculo de amostras para populações finitas (nosso caso) sendo:

$n$  = Tamanho da amostra

$\sigma^2$  = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão;

$p$  = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica;

$q$  = Percentagem complementar;

$N$  = Tamanho da população;

$e^2$  = Erro máximo permitido.

Os parâmetros utilizados para o cálculo da amostra foram:

$n = ?$  tamanho da amostra

$\sigma^2 = 2$  (para desvio padrão 2, o nível de confiança é de 95%);

$p = 50\%$  (não há uma estimativa sobre a porcentagem em que o fenômeno estudado se verifica, por isso assumiu-se que  $p$  é 50%);

$q = 50\%$  (porcentagem complementar:  $100 - p$ );

$N = 454$  é o tamanho da população

$e^2 = 9\%$  (erro máximo permitido).

Considerando o universo de 454 agricultores familiares<sup>1</sup> no município da pesquisa, para se chegar ao valor da amostra do número de questionários/entrevistas o cálculo usado foi o seguinte:

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 454}{9^2} - \frac{454 - 1}{9} + \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50}{9}$$

$$n = \frac{4.50.50.454}{81} - \frac{453}{9} + \frac{4.50.50}{9}$$

$$n = 4540000 - 36693 + 10000$$

$$n = 4540000 - 46693$$

$$n = 97,23$$

Foram aplicados, portanto, noventa e sete (97) questionários/entrevistas distribuídos nos bairros rurais e distritos administrativos do município de Barbosa Ferraz conforme apresentado no Mapa 1.

---

<sup>1</sup> Informações fornecidas pela PMBF e EMATER.



## 1.2 Divisão regional do Estado do Paraná

O Estado do Paraná apresenta-se dividido em dez Mesorregiões Geográficas (Mapa1) que compõem as três frentes de colonização implementadas no Estado: Paraná Tradicional, Norte do Paraná e Sudoeste do Paraná.

O local da pesquisa desenvolvida da agricultura familiar está situado no município de Barbosa Ferraz/PR, que faz parte da Mesorregião Centro-Occidental (Mapa 1).



Mapa 2 – Mesorregiões Geográficas do Estado do Paraná.

Fonte: IBGE, 2010.

## 1.3 Mesorregião Centro-Occidental Paranaense

Durante a década de 1940, o processo de ocupação da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense foi intensificado pelo encontro de dois fluxos de população: a expansão da cafeicultura, vinda do Norte do Paraná, e o movimento oriundo do Sul do Brasil, formado por gaúchos e catarinenses, ligados à agricultura familiar. Com forte predominância da agricultura familiar até a década de 1970, a produção agropecuária da região, apesar do movimento de

modernização da agricultura no Paraná, com forte concentração das terras e êxodo rural, ainda continuou com representatividade nesta forma de organização produtiva, ou seja, da agricultura familiar.

Fortes e rápidos reflexos ocasionados pelo movimento de modernização da agricultura no Brasil por volta dos anos de 1960 foram fundamentais para caracterizar o esvaziamento populacional da região. A taxa de crescimento populacional da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense apresenta crescimento negativo desde os anos de 1970.

A economia da região é predominantemente agroindustrial, sendo mais de 70% dos solos aptos à prática agrícola mecanizável. No ano de 1970 o grau de urbanização era de 19% e no ano de 2000 chegou a 72,6%. Os municípios apresentam baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), sendo que o mais elevado refere-se ao município de Campo Mourão, com 0,774, e o mais baixo ao município de Altamira do Paraná, com 0,677. Para o Estado do Paraná como um todo, esse índice é de 0,760.

Assim, este trabalho justifica-se pelo quadro observado no município de Barbosa Ferraz/PR, onde o pequeno agricultor tem buscado alternativas para a continuidade e o fortalecimento de sua atividade produtiva no campo, mas sua situação socioeconômica continua a sofrer as consequências da conservadora modernização da agricultura brasileira desenvolvida desde os anos de 1960, bem como da implementação de políticas públicas, em especial de créditos agrícolas, as quais, durante muitos anos, privilegiaram os grandes e médios proprietários agrícolas.

## **2 PEQUENO PRODUTOR RURAL OU AGRICULTOR FAMILIAR**

Quando iniciamos a pesquisa sobre o espaço rural do município de Barbosa Ferraz nos deparamos, na literatura especializada, com uma diversificada terminologia. Muitos termos são usados como sinônimos para caracterizar o “sitiente”, nome que receberam os pequenos proprietários agrícolas do Estado do Paraná cujos lotes variam entre 10 a 50 hectares.

A terminologia adequada para caracterizar esse proprietário resultou em compreensão confusa à medida que aprofundamos o conhecimento sobre essa questão e encontramos denominações diferentes nos diversos autores que produziram textos explicando o quadro agrário brasileiro.

A consulta à produção bibliográfica que trata das relações agrárias do campo brasileiro apontou que vários termos vêm sendo historicamente utilizados no Brasil para caracterizar o “pequeno produtor rural” e, ainda assim, não há uma única forma de identificá-lo. Mesmo o termo “pequeno produtor” não é adequado, pois expressa apenas o tamanho da propriedade, não se referindo à produção ou relações sociais estabelecidas no interior dessa organização.

Existe uma confusão em adotar certas definições, pois muitos termos se referem ao mesmo sujeito: camponês, colono, lavrador, agricultor familiar, pequeno produtor rural, unidade de produção familiar, “sitiantes”, etc. – este último presente em nossa região. As condições econômicas e de organização destas expressões de posse ou propriedade da terra são muito similares, o que muda são os aspectos relacionados à forma de produzir e principalmente a relação mantidas com o mercado econômico.

Os termos existentes resultaram da transposição de concepções teóricas oriundas de contextos históricos, lugares e realidades diferentes dos nossos, como o “campeinato”, por exemplo, de concepção européia, ou ainda a “agricultura familiar”, de concepção norte-americana.

Os diferentes termos são utilizados adequando-se às mudanças ocorridas no modo de organização da estrutura fundiária e na exploração da propriedade rural, mudanças que se fazem desde os tempos em que os grupos de agricultores se utilizavam da terra e de sua força de trabalho apenas para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência familiar, sem ter qualquer ligação com o mercado capitalista.

A substituição da terminologia obedece de certa forma, à própria evolução do contexto social e principalmente político da sociedade agrária - neste caso, a brasileira - diante das transformações produzidas não apenas neste segmento, mas em toda a sociedade.

Em razão da expressiva utilização desses termos para tratar o espaço agrário brasileiro, optamos por fazer breves considerações sobre estas classificações, identificando o contexto político de sua utilização.

Para José de Souza Martins (1983, p. 21-22), o termo *camponês* foi introduzido no vocabulário brasileiro agrário pelo caminho da importação política. De forma incisiva, foi utilizado por grupos políticos de esquerda<sup>2</sup> para configurar as muitas lutas dos trabalhadores do campo de vários pontos do território brasileiro, ocorridas principalmente nos anos de 1950.

Nessa concepção de transformação, a classe revolucionária é a operária, a trabalhadora das indústrias localizada nas cidades. O ponto nevrálgico dessa questão refere-se ao fato de

---

<sup>2</sup> Principalmente aqueles ligados a partidos políticos, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro.

que as propostas pensadas para transformar o campo passam, necessariamente, pela ótica urbana. Esses trabalhadores apresentavam algumas similaridades com os camponeses da Europa e, no Brasil, recebiam outras denominações regionais, como *caipira*, *caiçara*, *tabaréu*, *caboclo*, termos que muitas vezes possuíam duplo sentido e por vezes eram usados até para estabelecer diferença entre o homem branco e o negro, o culto e o inculto, o homem da cidade e o homem do campo.

O termo *camponês* ainda é permeado de discussões de concepção política, ideológica e conceitual, devido ao valor atribuído à palavra importada com base em realidades históricas que não se parecem com a realidade brasileira. O fato é que essa classe social, que no Brasil nunca teve acesso a terra, desde o período da colonização do Brasil até os dias de hoje tem sido um excluído e tem vivido lutas e embates na busca de conquistar o seu valor e reconhecimento político e social. O termo *camponês* vem sendo adotado pelos segmentos sociais mais expressivos ligados a terra, como o Movimento dos Sem Terra e a Via Campesina, termos adotados por vários autores acadêmicos que assessoram esses movimentos sociais.

Outro termo presente nas explicações da vida agrária brasileira é o “*colono*”. O colono seria aquele indivíduo que fez parte de uma colônia; também o imigrante, aquele que colonizou geograficamente algumas áreas do território; aquele que cultiva a terra.

Prefaciando a obra “*Colonos do Vinho*”, de José Vicente Tavares, José de Sousa Martins (1983) escreve sobre o que levou grande contingente de colonos estrangeiros a imigrar para as terras do Sul do Brasil ainda no século XIX.

A progressiva substituição do cativo pelo trabalho livre, na segunda metade do século XIX, foi implementada com medidas igualmente oficiais para abrir caminho à agricultura familiar baseada na pequena propriedade [...]. Em vários pontos do país abriu-se espaço para imigrantes estrangeiros pobres vindos da Itália, da Alemanha, da Suíça, de Portugal, da Espanha para se estabelecerem aqui em núcleos de colonização devotados à pequena lavoura (MARTINS, 1983, p. 9).

O colono também tomou conotação interna brasileira pelas várias frentes pioneiras organizadas pelo governo ou por empresas particulares, utilizadas para abertura de novos lugares para exploração de atividades econômicas, principalmente. O município que ora estudamos se classifica nesta última definição, de espaço concreto de uma conjuntura já vivida e ainda há vestígios da organização social deste grupo. Suas casas de outrora que não foram derrubadas ganharam outra função: passaram a servir às atividades turísticas.

Os termos colono e lavrador<sup>3</sup> não foram muito utilizados pela classe política para designar o segmento camponês na elaboração de políticas públicas destinadas ao campo, tendo sido substituídos por outros que foram utilizados pelos próprios moradores regionais espalhados por todo o território brasileiro, como sitiante, pequeno produtor e pequeno agricultor.

Por volta da década de 1990, importado da Europa e de cunho econômico, surge na conjuntura nacional a expressão “agricultura familiar” para designar as atividades do pequeno agricultor. Esse termo vem sendo utilizado há mais tempo e adotado por muitos estudiosos do assunto.

Ricardo Abramovay (1998, p. 20) diz, em relação à agricultura familiar, que esta é a principal forma social do progresso técnico no campo. Algumas de suas idéias são baseadas na integração e no desenvolvimento da agricultura familiar, principalmente nos países mais avançados; por isso o autor critica as previsões de Vladimir Lênin e Karl Kautsky quanto à “incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar”. Sendo assim, a expressão *agricultura camponesa* não deve ser usada como sinônimo de agricultura familiar.

Para Hugues Lamarche<sup>4</sup> (1997, p. 15-16), exploração familiar da terra diz respeito “a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”, o que difere de exploração camponesa, em que o objetivo é produzir valor de uso, e não valor de troca. Assim escrevem Nicolas Fabre e Julien Burt<sup>5</sup> a respeito de agricultura familiar:

O conceito de agricultura familiar é aqui entendido como aquele em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva. A propriedade é aqui fundada no trabalho pessoal, ao contrário da agricultura patronal e capitalista, fundada na exploração do trabalho de outros (sistema assalariado). Considera-se, assim, a agricultura familiar como o conjunto das formas de produção que se opõem ao latifúndio e à agricultura patronal [...]. A agricultura familiar se funda sobre essa relação entre família, produção e trabalho, relação a partir da qual ela define seus objetivos econômicos e sua forma de inserção na sociedade (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 217-218).

---

<sup>3</sup> Aquele que vive do cultivo da terra.

<sup>4</sup> Hugues Lamarche foi coordenador do trabalho publicado em dois volumes: “A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme” e “Agricultura Familiar: do mito à realidade” em 1983 e 1997 respectivamente. Os dois volumes apresentam os resultados de um trabalho comparativo realizado no Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia sobre a realidade da produção familiar.

<sup>5</sup> Julien Burt e Nicolas Fabre são engenheiros agrônomos, ambos com vínculo pela Universidade Federal do Ceará, pesquisadores da temática ligada à Agricultura Familiar. Trabalho publicado por Tonneau e Sabourin (2007).

O Governo passou a empregar a expressão *agricultura familiar* somente a partir dos resultados divulgados no ano de 2000, através de estudos desenvolvidos mediante convênio entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e realizados para subsidiar os rearranjos das políticas voltadas à produção agrícola. Essa expressão tem similaridade com o termo “sitiantes”. A história da organização política deste grupo no Estado do Paraná, principalmente no Norte do Paraná, emprestou um sentido reacionário às reivindicações dos chamados camponeses ou campesinos. Como sitiantes são entendidos atualmente aqueles que possuem o título de proprietário de uma unidade familiar de produção, principalmente pelos estudiosos das explicações pela via camponesa. São avaliados nas condições daqueles que possuem o título legal da terra; onde com a própria família produzem alimentos para si, para os animais de trabalho e para as criações domésticas; possuem a liberdade de escolher o que, como e quando plantar e de determinar os seus horários de trabalho.

O grande interesse pela agricultura familiar no Brasil teve início nos anos de 1990 e se materializaria quando da implantação de políticas públicas neste setor. Estas políticas buscaram responder, como todas as políticas definidas para outras áreas, às pressões de movimentos sociais organizados e às reivindicações da classe organizada de trabalhadores rurais (as Ligas Camponesas). Além disso, a comunidade acadêmica nacional e órgãos multilaterais como a FAO e o Banco Mundial desenvolveram formulações e interpretações sobre a questão agrária brasileira com vistas a estimular a produção familiar, para servir de modelo na elaboração dessas políticas dirigidas à produção da agricultura familiar.

Essas políticas apresentaram propostas alternativas, principalmente para as áreas onde a concentração de terras era alta e a agricultura desenvolvida destinava-se ao mercado exportador. Nestas regiões, onde, por alguma razão, manteve-se a permanência da pequena propriedade (herança, quadro natural, dentre outras razões), o estímulo à agricultura familiar passou pela apresentação de culturas alternativas, destinadas ao espaço dessa produção e adequadas à mão-de-obra disponível: a familiar.

O relatório final do Projeto de Cooperação Técnica entre FAO e INCRA, concluído em março de 2000, torna público um retrato da agricultura familiar brasileira. O documento apresenta três características centrais da agricultura familiar: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho da unidade produtiva é realizado pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos

responsáveis pela unidade produtiva deve ser realizado em seu interior (GUANZIROLI; CARDIN, 2000, p.7).

Segundo diretrizes publicadas e divulgadas por órgãos do poder público ligado à agricultura, o interesse pela agricultura familiar estava relacionado à sua multifuncionalidade<sup>6</sup> e a vantagens nos campos social e econômico. Ela deveria fornecer alimentos e matérias-primas diversificados com a quantidade e qualidade requeridas pelo setor urbano e industrial, gerar empregos para estimular o desenvolvimento local, utilizar forma menos agressiva na exploração do solo e usar eficientemente os recursos terra, trabalho e capital. Este tipo de organização apresentaria maior eficiência e desempenho na utilização de sistemas e instrumentos que contribuiriam para a criação de mecanismos que favorecessem o desenvolvimento rural. Além das funções básicas, a agricultura deve desempenhar também outras funções, como a ambiental e ecológica, a territorial e a social<sup>7</sup>.

Outro elemento importante para compreender o interesse pela agricultura familiar brasileira encontra-se registrado no Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000) e refere-se ao desempenho econômico deste segmento social da seguinte forma:

- 85,2% dos estabelecimentos rurais brasileiros pertencem a agricultores familiares;
- a agricultura familiar responde por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional;
- a agricultura familiar ocupa uma área correspondente a 30,5% da área total ocupada com agricultura;
- a agricultura familiar recebe apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura (GUANZIROLI; CARDIN, 2000, p.15).

O conhecimento da história da agricultura em países que representam potências capitalistas permitiu observar que a agricultura familiar apresentava vantagens quanto à sua forma de organização e produção.

Segundo Guanzirolí (2001), o potencial produtivo da agricultura familiar não foge à disputa competitiva do mercado, dada sua relação com o valor agregado ao seu produto. Ela tem capacidade suficiente para produzir de maneira eficiente do ponto de vista econômico, absorver progresso técnico e atender à demanda da produção urbano-industrial. Com base em

---

<sup>6</sup> Termo de origem europeia utilizado para designar funções adicionadas ao papel tradicional da agricultura, além da produção de fibras e alimentos (SOARES, 2000/2001).

<sup>7</sup> Elementos relacionados com a origem do conceito de Multifuncionalidade à agricultura e desenvolvimento rural sustentável. “A Agricultura é multifuncional quando tem uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção de fibras e alimentos.” (SOARES, 2000/2001).

seus estudos sobre a agricultura familiar no Japão e nos Estados Unidos, esse autor afirma que “a agricultura familiar unia [...] eficiência econômica e eficiência social” (SOARES, 2001, p. 20).

Nesta concepção, é preciso classificar os agricultores pelo tamanho da propriedade e/ou pela renda anual obtida da terra para a organização e elaboração de políticas destinadas ao setor rural.

Em seu livro “O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção”, John Wilkinson (1986) conceitua “pequeno produtor” como uma categoria político-sociológica criada com o propósito de separar latifúndio e minifúndio. Segundo ele, ao longo dos anos o pequeno produtor passou a internalizar mudanças relacionadas à produção capitalista.

Para classificar o tamanho das propriedades rurais no território brasileiro o INCRA utiliza a quantidade de hectares do imóvel. Nesta classificação é considerado mini produtor aquele que possui terras que vão de menos de 2,42<sup>8</sup> até 24,2 hectares, enquanto pequeno produtor é quem possui terras cujas áreas vão de mais que 24,2 até 80,0ha. Em resolução conjunta, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) definiram, para o Estado do Paraná, o tamanho da propriedade em que se classifica o pequeno produtor rural. Segundo esses órgãos, pequeno produtor rural

É aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo (BRASIL, 2006, [f. 1]).

As leituras sobre a composição social da agricultura brasileira permitiram identificar no território nacional não apenas um, mas diversas nomenclaturas que expressavam critérios de classificação e/ou conceituação para identificar a população que ocupa e trabalha em terras que variam de 1 a 80 hectares e produz a partir do trabalho familiar.

A variação recebe influência do debate político, dos embates que daí resulta, da diversidade regional, e, principalmente a partir da década de 1990, da atuação de diferentes setores de serviços prestados pelos diferentes órgãos governamentais que coordenam as políticas dirigidas à agricultura. As políticas de seguridade alimentar e abastecimento têm concentrado o norteamento das verbas públicas federais.

---

<sup>8</sup> Referindo-se a um alqueire paulista, medida utilizada pelos agricultores do município da pesquisa e região.

Na produção acadêmica, o debate se dá entre aqueles que consideram o pequeno produtor rural um camponês, por influência da concepção leninista, e os que afirmam nunca ter existido no Brasil uma economia propriamente camponesa.

Considerando as variáveis levantadas neste estudo, pensamos em identificar o segmento social que estudamos como agricultor familiar, por ser essa concepção utilizada nas diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar<sup>9</sup> e por ser considerada uma concepção que, embora de cunho político, está mais próxima do perfil da população que investigamos, relaciona eficiência econômica e eficiência social. No entanto, acatamos também a denominação que a própria população investigada utiliza: “sitiante”.

## **2.1 ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO PARANAENSE**

### **2.1.1 Conjuntura de 1930-1960: esvaziamento do campo brasileiro**

Os produtos agrícolas brasileiros perdiam em qualidade e produtividade na comparação com os mercados externos representados por alguns países que se adiantaram tanto na tecnologia industrial quanto na agrícola. No início da década de 1960, o café, a cana-de-açúcar e as culturas destinadas ao abastecimento interno eram cultivados com as técnicas tradicionais, e ainda se destacavam na produção do setor agrícola brasileiro. A utilização de técnicas tradicionais, o excedente de mão-de-obra no campo, o intenso processo de urbanização do território brasileiro e a miséria que vinha se arrastando de outras épocas caracterizavam o campo brasileiro.

Ao final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 as elites urbano-industriais e rurais passaram a unir seus interesses econômicos em torno de políticas de comercialização de seus produtos em grande escala. As primeiras, referindo-se as elites urbanas, encontrariam mercado para introduzir sua produção e equipamentos destinados à nova agricultura, e estes últimos, referindo-se as elites industriais, substituiriam o trabalhador assalariado e/ou temporário pelas inovadoras e modernas máquinas que estariam para chegar ao Brasil.

---

<sup>9</sup> Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

A partir dessa conjuntura, o processo de modernização da agricultura paranaense intensifica-se na região Norte do Paraná, e tanto as relações de produção, quanto as relações sociais do campo paranaense modificam-se.

Incorporando um novo sistema econômico, o Brasil deixa de ser um país agrário exportador para ser industrial. Essas mudanças representarão uma ruptura no modelo agro-exportador. Até esse momento a economia brasileira esteve totalmente dirigida ao abastecimento dos mercados internacionais apenas com produtos primários. Entretanto as crises do setor agrário brasileiro e internacional levaram o país a buscar novos rumos. A partir de então, não mais a agricultura e sim a indústria, começou a ter participação crescente na economia nacional.

Foi somente no final da década de 1960 que a transformação na agricultura começa a acontecer com a implantação de programas que produzirão sua modernização.

Modernização essa que trouxe complicações à sociedade brasileira, desde a expulsão do trabalhador do campo, até o incentivo cada vez maior da produção de grãos para o mercado externo – produção em grande escala.

## **2.2 Modernização da agricultura brasileira: exemplo do Norte do Paraná**

Por volta de 1960 teve início o processo de modernização agrícola no Brasil. Pela forte transferência de recursos representada por créditos agrícolas e pelo favorecimento de empréstimos, os grandes proprietários de terra transformaram o quadro agrário brasileiro, principalmente em áreas das regiões Sul e Sudeste.

O objetivo do Governo Federal era promover mudanças na economia brasileira, incluindo a agricultura, que para alguns significava atraso, representando empecilho ao proposto desenvolvimento econômico do Brasil. John Wilkinson (1986, p. 27) escreve que o Estado optou por uma estratégia de estímulo à modernização do latifúndio ao se utilizar do crédito subsidiado. Para o setor minifundiário, as soluções tentadas foram apenas programas de incentivo às novas colonizações para algumas regiões de fronteira (regiões Centro-Oeste e Norte). Não só Wilkinson (1986), mas também Guimarães (1982), Silva (1982) e outros autores, atribuíram a essa “modernização” uma característica “conservadora” da política estatal de modernização da agricultura brasileira. A tônica continuava sendo a importação de modelos para o desenvolvimento do campo brasileiro, a qual, na forma como estava

organizada, favorecia o grande latifúndio. O processo abriu caminho para a valorização do futuro agronegócio, beneficiando os empresários do *agrobusiness* em detrimento dos pequenos agricultores.

Entre os mecanismos internos adotados pelo governo brasileiro para que o processo de modernização pudesse ser implementado foi também incluído um programa denominado de “Revolução Verde”<sup>10</sup>, o qual, embora importado dos Estados Unidos, adequava-se perfeitamente às necessidades da agricultura de exportação do Brasil. A Revolução Verde era parte integrante de um pacote que envolvia a produção e adoção de insumos que incluíam sementes de variedades melhoradas e de alto rendimento, além de grandes quantidades de fertilizantes e equipamentos tecnológicos.

O conjunto desses mecanismos iria garantir o bom desempenho da agricultura da agricultura de exportação brasileira, que, segundo avaliações, encontrava-se bastante atrasada em relação a muitos países semelhantes ao Brasil que já haviam adotado tais mudanças e com isso garantido a produção interna de alimentos e sua competitividade no mercado externo.

Para Silva (1982), a industrialização tardia desenvolvida no Brasil e em outros países da América Latina ocorreu na etapa do capitalismo monopolista e sujeitou a agricultura a essa modernização. Nessa conjuntura o forte capital se uniu ao latifúndio, ambos amparados pelo Estado Brasileiro.

Essa sobreposição de um modelo industrial de desenvolvimento agrícola a uma estrutura fundiária concentrada na grande propriedade não permitiu o rompimento com um modelo arcaico e maléfico ao sistema de relações de trabalho. Essa organização no modo de produção não permitia o desenvolvimento de uma agricultura que pudesse atender e melhorar a vida da população empregada no campo brasileiro.

Segundo Guimarães (1982, p. 223)

A Revolução Verde foi idealizada para salvar a agricultura do mundo subdesenvolvido de uma suposta incapacidade de vencer os obstáculos tecnológicos, pois não estava nos planos de seus idealizadores ajudarem os países atrasados a remover o maior de todos os seus obstáculos: as estruturas tradicionais.

Um novo processo no espaço rural instala-se a partir de 1960, intensificando-se a partir de 1970. O trabalhador rural permanente é expulso do campo, substituído pela máquina

---

<sup>10</sup> Programa que possuía o objetivo de contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo. Desenvolvia experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas; resistentes às doenças e pragas; além da divulgação de novas tecnologias utilizadas no campo (BRUM, 1987).

e muitos deles passam a ser contratados como trabalhadores temporários (diarista ou boia-fria). As relações de trabalho tradicionais que sobraram começaram a sofrer os primeiros impactos dessa transformação: são expurgados naturalmente do processo de modernização da agricultura.

No ano de 1963, o então Presidente da República Jânio da Silva Quadros oficializou aos trabalhadores rurais o direito à jornada de oito horas, férias remuneradas de 30 dias e 13º salário. A Lei 4.214, aprovada em 2 de março de 1963, estendia aos trabalhadores rurais a legislação que já beneficiava os trabalhadores urbanos. Aprovava-se o Estatuto do Trabalhador Rural.

Após o golpe militar de 1964, de acordo com Carlos Guanziroli et al. (2001, p. 29), foi promulgado o Estatuto da Terra, com um objetivo ainda maior que o anterior: refletia a “preocupação com o drama da pobreza, apesar da repressão aos sindicatos rurais”.

As transformações capitalistas introduzidas na agricultura nas décadas de 1960 e 1970, segundo Silva (1982), foram debilitadas pelo processo de aplicação do capital. O processo foi extremamente seletivo e apenas uma minoria foi favorecida, conforme a lógica capitalista.

O processo produtivo era centralizado e formado por grandes empresas agrícolas que contratavam o trabalho assalariado da mão-de-obra oriunda da área rural. Muitos proprietários de pequenos lotes tiveram que entregar suas terras para saldar títulos de dívidas contraídas quando da tomada de empréstimos particulares ou por meio de créditos agrícolas.

O período, então, passaria a significar uma reformulação da base técnica que levaria os produtores à utilização de novos implementos e insumos agrícolas capazes de conduzir ao aumento da produtividade agrícola. Para garantia do ambicioso projeto de modernização da agricultura, a política de crédito e subsídios agropecuários foi adotada pelo Governo como o principal instrumento de incentivo ao agricultor, tendo início a partir da década de 1960 e estendendo-se até meados dos anos de 1985.

Além de enfrentar os problemas provocados pelas crises político-econômicas o pequeno produtor rural também não foi contemplado com o estabelecimento de medidas que lhe permitissem acompanhar o desenvolvimento da agricultura modernizada, por uma simples razão, a chamada “Revolução Verde” não contemplava essa categoria.

Esses fatores não justificam, mas podem ser responsabilizados, pelo menos em parte, pelas condições de produção encontradas na unidade familiar que não conseguiu se inserir no processo de modernização: descapitalizada ou pouco capitalizada, necessitando de investimentos financeiros e tecnológicos tais como o acesso a maquinários de pequeno porte, próprios para as atividades em pequenas áreas, garantias de preços e mercados.

Os resultados da modernização começam a aparecer nos altos índices de mecanização da lavoura para exportação. Os dados apresentados na Tabela 1 mostram uma parte desse processo.

Tabela 1 – Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários brasileiros – 1960/2006.

<b>Período</b>	<b>Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários</b>
<b>1960</b>	<b>61.345</b>
<b>1970</b>	<b>165.870</b>
<b>1975</b>	<b>323.113</b>
<b>1980</b>	<b>545.205</b>
<b>1985</b>	<b>665.280</b>
<b>1995</b>	<b>799.742</b>
<b>2006</b>	<b>820.673</b>

Fonte: IBGE, 2010.

O número de tratores adquiridos em todo o território nacional a partir de 1960, seguido dos próximos vinte anos, portanto, até o ano de 1980, deixava evidente o processo da mecanização do campo. Período que ficou marcado pelo maior incentivo ao crédito financeiro para a compra de tratores e máquinas agrícolas. Portanto é no período entre os anos de 1975 e 1980 que a aquisição de tratores pelos agricultores ocorre em maior número, 222.092 unidades no período de apenas cinco anos. Nos períodos anteriores, entre 1960 e 1970 o aumento foi de 104.525 tratores e entre 1970 e 1975 foi de 157.423 unidades.

Os números não pararam mais de crescer, embora os índices tenham sido um pouco menores em determinados momentos, devido à conjuntura política e econômica da época conforme mostra a Tabela 1. Portanto entre os anos de 1980 a 1985 houve acréscimo de 120.075 tratores (22,02%); entre os anos de 1985 a 1995 o aumento foi de 134.462 unidades (20,21%) e entre 1995 e 2006 o acréscimo foi de 20.931 tratores na agricultura brasileira (2,60%).

A introdução no uso de fertilizantes nas lavouras também foi uma característica da modernização brasileira. Embora a utilização de fertilizantes em larga escala tenha sido utilizado à priori nos produtos destinados à exportação.

Essas mudanças alteraram os produtos cultivados, pois aqueles destinados à exportação, como soja, café, trigo e cana-de-açúcar, seriam favorecidos pelas políticas agrícolas. Essa atenção “especial” com a produção para exportação acaba por trazer prejuízos à produção de gêneros alimentícios.

Segundo Silva (1982, p. 29-31), algumas consequências da modernização da agricultura merecem serem citadas com ênfase, principalmente aquelas que resultaram em

modificação das propriedades das regiões Sul e Sudeste a partir de 1970: o aumento substancial das grandes fazendas, por meio da junção de pequenos lotes; a adoção de tecnologia biológica, especialmente de fertilizantes químicos; o aumento crescente do uso de créditos agrícolas para o financiamento da produção localizada na grande propriedade; e, aumento das disparidades do nível de renda das propriedades agropecuárias.

Tais consequências iriam se agravar ainda mais na década de 1980, com a soma de mais dois grandes problemas externos: 1) a conjuntura internacional apresentava-se desfavorável por causa das altas do preço do petróleo, dificultando os financiamentos externos e por causa da crise política dos anos de 1980 e 2) a diminuição dos créditos agrícolas oferecidos pelo Estado dificultava o gerenciamento do Sistema de Política de Crédito Rural no país. O segmento que mais se ressentiu foi o agricultor familiar.

Dados levantados por Gonzáles e Costa (1998), Tabela 2, apontam a oscilação da oferta do crédito agrícola pelo Governo Federal na década 1980.

Tabela 2 – Variação da oferta do crédito agrícola no Brasil na década de 1980.

<b>Ano e/ou período</b>	<b>Crédito Agrícola (em dólares)</b>	<b>Variação U\$</b>	<b>Variação %</b>
1980	39,038.2 milhões	-	-
1980 a 1984	16,501.2 milhões	22,537.0 milhões	-57,73%
Final da década de 1980	19,039.9 milhões	19,998.3 milhões	-51,23%

Fonte: Adaptado de Gonzáles e Costa (1998).

No início da década de 1980 o crédito agrícola atingiu a casa de U\$ 39,038.2 milhões de dólares, e nos quatro anos seguintes esse valor teve uma involução de -57,73%, caindo para U\$16,501.2 milhões de dólares elevando-se um pouco até o final da mesma década, atingindo U\$ 19,039.9.

Embora já existisse a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM<sup>11</sup>), utilizada de forma um tanto tímida desde o ano de 1966, somente a partir da década de 1980 ela passou a ser o principal instrumento da política agrícola do Governo, como forma de compensar a escassez de crédito rural daquele momento. Essa política não resolveu o problema, pois o Estado não tinha estrutura física para armazenar a produção excedente da produção familiar e

<sup>11</sup> A PGPM, em toda a sua trajetória, esteve subordinada à intenção de solucionar o problema de abastecimento urbano dos principais produtos agrícolas e controlar o processo inflacionário (CARVALHO; SILVA, 1993, p. 10).

esperar por melhores preços. Dada sua estrutura e organização, o produtor familiar também não tinha essa estrutura em suas terras.

Em 1984, como consequência da crise mundial, os bancos passaram a cobrar a correção monetária integral nos primeiros empréstimos rurais (REZENDE, 1988). Nesse momento a melhor recomendação ao produtor rural era não utilizar o crédito ofertado pelo Governo, pois os constantes aumentos das taxas de juros poderiam piorar a sua situação, o que de fato ocorreu com várias unidades da agricultura familiar.

A Política de Garantia de Preços Mínimos também teve como objetivo estimular a produção de alimentos básicos, tais como, arroz, feijão, batata, e mandioca, ainda funcionando nos moldes tradicionais.

Os anos de 1986 a 1989 foram os “anos de desastre do Plano Cruzado” (REZENDE, 1988). As estratégias iniciais de congelamento dos preços e a liberação das importações e, um ano depois, o descongelamento dos preços e a elevação dos encargos para os financiamentos do crédito rural provocaram desastrosos prejuízos ao setor agrícola, basicamente ao setor de abastecimento.

A agricultura respondeu com uma super safra no ano de 1987, mas, devido às importações e aos estoques públicos de produtos agrícolas obtidos com a política de preços mínimos, os produtores foram levados à inadimplência em massa (TEIXEIRA, 1993), e o aumento das taxas de juros, impulsionado pela inflação muito elevada, tornou impossível saldar as dívidas, principalmente para os pequenos produtores. Como mencionado anteriormente, o Governo Federal não tinha estrutura para acudir à superprodução, o que caracterizou uma política que não visava ao favorecimento ou apoio à produção familiar. A consequência foi a concentração de terras e o êxodo rural.

Dois novos planos foram implantados pelo Governo na tentativa de estabilizar a economia brasileira: o Plano Bresser, em 1987, e o Plano Verão, em 1989. Nenhum conseguiu frear os altos índices da hiperinflação, afinal eram os reflexos de uma estruturação externa da economia mundial.

Não obstante o quadro econômico nacional e mundial desfavorável dos anos de 1980, a produção de grãos da agricultura brasileira continuou seu crescimento de 11,7%<sup>12</sup> ao ano, devido à prioridade dada pelo Governo Federal ao desenvolvimento do setor e à expansão da área cultivada no país, reflexo da modernização agrícola, presente principalmente na grande propriedade.

---

<sup>12</sup> Conforme Lucena e Souza, em “Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/2000”.

### 2.3 Conjuntura da década de 1990

A conjuntura econômica brasileira no início da década de 1990 era ainda de hiperinflação, cujo índice passava de 1.400% a.a. Uma reorganização da política interna brasileira, reflexo da política externa mundial, promoveu mudanças no setor agrícola com o propósito de tornar a agricultura mais aberta e competitiva no mercado internacional, inserindo-se na política de globalização da economia mundial.

Nos quatro primeiros anos da década de 1990, as safras apresentaram pequenas melhorias, apesar de diversas intempéries. Em 1995 o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Real, reduzindo drasticamente o índice de inflação. As taxas de juros foram elevadas para desestimular o consumo, o que afetou a agricultura, assim como o resto da economia. Essas penalidades são muito mais graves, evidentemente, para a produção realizada na agricultura familiar, cujo destino é o abastecimento do mercado interno. A produção realizada nas grandes propriedades, que na região estudada recebem o nome de fazenda<sup>13</sup>, é destinada ao mercado externo.

Entre 1995 e 1998, várias mudanças foram propostas (incentivo à agricultura familiar) pelos movimentos sociais no sentido de melhorar a agricultura, intenção que ficou evidente pela prioridade dada pelo Governo ao setor com a destinação de grande volume de recursos ao custeio das safras agrícolas.

Os sinais de resposta da economia agrícola brasileira começaram a aparecer somente ao final da década de 1990, quando as exportações agrícolas superaram as importações e a economia agrícola desenvolvida pelo Governo Federal conseguiu equilibrar a produção interna para garantir o abastecimento de gêneros alimentícios. Apesar disso, como sempre, os baixos preços dos produtos agrícolas destinados ao abastecimento interno, a descapitalização e o endividamento provindos de empréstimos anteriores, não permitiram a valorização e melhoria significativa no quadro socioeconômico do pequeno agricultor brasileiro, porque ainda deixou uma parcela fora desse processo: parcela que hoje não atinge nem os empréstimos próprios destinados ao agricultor familiar.

Essa mudança no quadro agrícola não alterou a hierarquia da estrutura fundiária: as grandes propriedades acabaram se fortalecendo ainda mais. O resultado destes anos de crise agrária foi o aumento do desemprego ou da expropriação por meio da comercialização da

---

<sup>13</sup> Referência às *Farm* (fazendas), presentes nos Estados Unidos.

propriedade, na área rural, fatos que, por sua vez, fortaleceram os movimentos sociais<sup>14</sup>, que passaram a reivindicar com urgência um plano de efetiva reforma agrária para o País.

A década de 1990 foi marcada pela aceleração do processo de reforma agrária e por algumas reformas e inovações na política agrária, fatores que foram importantes para responder às necessidades das unidades de produção familiar, dos contratos no sistema de parceria e dos arrendatários de pequenos lotes que um dia haviam tido a posse ou propriedade de terras e vieram a perder seu meio de produção.

O Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, criado em 1994, trabalhava basicamente com créditos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e propunha-se a estimular a pequena produção familiar (MDA, 2011).

Em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, numa conjuntura em que a escassez de crédito agrícola ainda era um grande problema para os agricultores de pequeno porte, principalmente para os que organizavam sua produção com base na exploração da mão-de-obra familiar, foi implementada uma nova política agrícola e agrária de estímulo à agricultura familiar, provocando modificações no PROVAP. Com esse novo estímulo surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, institucionalizado com o decreto presidencial n.º 1946, datado de 28/06/1996.

O Pronaf substituiu o PROVAP, e seus créditos destinavam-se “ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família” (MATTEI, 2001, p. 2).

A criação do Pronaf representa a legitimação de uma nova categoria social, a dos agricultores familiares, que até poucos anos antes fora praticamente marginalizada ao ficar fora dos benefícios da política agrícola (MATTEI, 2006), ao mesmo tempo em que não se inseria nos movimentos sociais.

O Manual Operacional do PRONAF apresenta como objetivo geral do programa oferecer condições para aumentar a capacidade produtiva e a geração de emprego e renda, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Diferentemente do que acontecera nas décadas anteriores com esse segmento, em que não haviam sido contemplados pelas políticas agrícolas destinadas à modernização da agricultura, houve, entre outras melhorias, o PRONAF, criado para melhorar as condições de produção, mediante a

---

<sup>14</sup> Esses movimentos tiveram sua formação inicial junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada no ano de 1963, no Rio de Janeiro, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada no ano de 1975, e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, entre outras entidades.

aquisição de máquinas e equipamentos e da obtenção de crédito para o custeio de produção. Esse programa dirigia uma política de crédito agrícola destinado aos agricultores familiares.

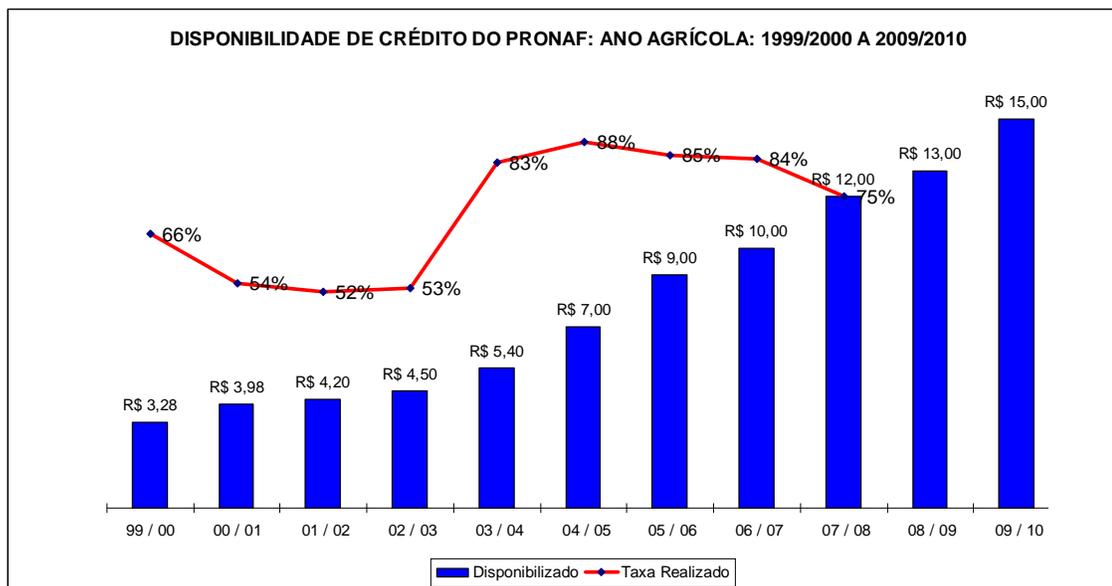


Gráfico 1 – Disponibilidade de Crédito do Pronaf: Ano Agrícola 1999/2000 a 2009/2010.

Fonte: Adaptado de Evolução do Pronaf. MDA. Secretaria da Agricultura Familiar, 2011.

\*Valor disponibilizado refere-se a bilhões de reais.

A quantia disponibilizada aos agricultores vem crescendo ano após ano. Em 1999/2000 foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões, com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004 houve o primeiro incremento, com um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores, com uma execução de 83% do valor disponibilizado (BRASIL, 2011).

No ano agrícola 2006/2007, a quantia disponibilizada para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento de 205% em relação a 1999/2000, tendo-se verificado uma taxa de execução de 84%. Nos anos seguintes o crescimento se manteve: em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões; em 2005/2006 foram financiados R\$ 7,61 bilhões, com uma evolução de 254%, e em 2007/2008 o aumento ultrapassou 300%, perfazendo um financiamento de R\$ 9 bilhões (BRASIL, 2011).

Mesmo destacando-se a importância da política agrícola do Pronaf para o segmento dos produtores familiares, reconhecida também por outros pesquisadores da área, sabe-se da

existência de críticas quanto às dificuldades de operacionalização do programa para realmente alcançar o seu objetivo de geração e aumento de renda dos produtores familiares.

Uma observação relevante sobre o Pronaf foi apontada por Aquino<sup>15</sup>, o qual conclui em seu trabalho que

[...] o resultado é uma política discriminatória. [...] está contribuindo de forma decisiva para a configuração de uma '*nova modernização desigual*' no meio rural brasileiro, só que, desta vez, no interior mesmo da agricultura familiar (AQUINO, 2004, p.23, grifo do autor).

Guanzirolli (2001) também aponta algumas dificuldades do Programa:

- 1) falta de assistência técnica;
- 2) dificuldade no gerenciamento dos recursos do crédito;
- 3) falta de visão sistêmica dos técnicos;
- 4) falta de integração dos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor.

As ações políticas desenvolvidas durante a década de 1990 “representaram um grande salto, quantitativo e qualitativo, em direção à reestruturação agrária no país” (GUANZIROLLI et al., 2001, p. 218), e as primeiras ações de apoio aos pequenos produtores e suas associações começam a aparecer. As ações ainda são mínimas diante da necessidade de resgatar os agricultores familiares do atraso em que se encontram e de incorporá-los à economia de mercado para diminuir a pobreza rural. Pensamos ser necessário um subprograma do PRONAF para estimular o proprietário que contenha apenas a renda absoluta.

A política agrícola brasileira do início do século XXI, segundo Lucena e Souza [2001?], tem como meta reforçar a agricultura com maior volume de crédito e instrumentos de apoio à comercialização, incentivo à produção e aumento da produtividade. O incentivo ao setor agrícola continuou mesmo depois da mudança na administração do Governo Federal ocorrida em 2003, ano em que Fernando Henrique Cardoso deixou de governar o Brasil e assumiu a presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva.

O Governo Lula viria a ser marcado pelo fomento à agricultura familiar, no que tange às vantagens de geração de emprego e renda ao menor custo de produção em relação à

---

<sup>15</sup> Texto baseado na parte inicial da Dissertação de Mestrado do autor; Título: Agricultura familiar e políticas públicas: o caso do Pronaf no município de São Miguel – RN; área: Economia Rural e Regional da UFCG em 2003 (AQUINO, 2003).

agricultura empresarial, e pelo incentivo à produção sustentável, o que representou melhorias significativas para a agricultura familiar. Ressalta-se a política de inclusão social do segmento representado pelos pequenos produtores, o qual havia ficado à margem da modernização ocorrida na agricultura dos anos de 1960.

O Governo assumiu também, junto aos movimentos sociais, o compromisso de promover de forma mais eficiente uma política agrária, e neste sentido o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), comprometendo-se a implementar políticas de assentamentos de forma mais efetiva.

Segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC<sup>16</sup>, a promoção de uma efetiva reforma agrária assumida pelo Governo se concretizaria em parte. Nos três primeiros anos do Governo Lula o número de famílias assentadas e a área obtida, em especial pelo instrumento de desapropriação, se comparados aos três últimos anos do Governo FHC, não foram muito diferentes. Por outro lado, em nota do jornal Gazeta do Povo de 19/06/2010, técnicos do Ministério do Planejamento avaliavam que a Reforma Agrária durante o Governo Lula não teria conseguido avançar. Segundo o economista Guilherme Costa Delgado<sup>17</sup> (2008), a política federal do Governo Lula se orientou pela prioridade total do agronegócio e que isso termina por aniquilar a política de reforma agrária.

De acordo com dados do Núcleo de Estudos de Política Monetária do IBMEC/MG – NEPON de janeiro de 2009 referentes à conjuntura econômica da agricultura no Brasil, a produção vem crescendo a alguns anos, produzindo elevados estoques, aumento que tem permitido o controle do nível geral dos preços no mercado interno.

Alguns benefícios que o PRONAF tem proporcionado aos pequenos produtores familiares e ao próprio Estado gestor desta política podem ser vistos sem muito esforço pelos resultados divulgados por órgãos oficiais do Governo Federal e pela análise desses resultados feita por pesquisadores da área como é o caso do aumento da renda entre os agricultores familiares e a fixação do homem ao campo (MDA, 2010).

Na história da agricultura brasileira não se encontra registro algum da implantação de qualquer política pública que tenha sido direcionada a atender a essa categoria social. A tentativa veio a se efetivar no ano de 1995, com a instituição do PRONAF, surgindo com o

---

<sup>16</sup> Texto: “Reforma Agrária no Governo Lula: residual e periférica”, 2006.

<sup>17</sup> Guilherme Delgado: estudioso do campo é um dos intelectuais que participou em 2003 da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Brasil de Fato (entrevista) Cf. em: Agência de Informação Frei Tito para a América Latina. Fortaleza – CE.

propósito de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável<sup>18</sup> desse segmento. O PRONAF tem se mantido ativo e vivo principalmente por estar sendo reestruturado a cada ano e ao longo de seu percurso com a oferta de novas linhas de crédito e mudanças operacionais.

O aumento da produção de alimentos pela agricultura familiar após a implantação do Programa é algo que merece ser destacado como apresenta a Tabela 3.

Tabela 3: Agricultura familiar – aumento na produção

<b>Produto</b>	<b>Percentual de aumento</b>
Mandioca	87%
Feijão	70%
Suínos	59%
Leite	58%
Aves	50%
Milho	46%
Café	38%
Arroz	34%
Bovinos	30%

Fonte: Paraná, 2011

O aumento médio da produção pela agricultura familiar (Tabela 3) foi superior a 52%, o que é bem significativo.

O Censo Agropecuário 2006, divulgado pelo IBGE em 2009, mostra a força e a importância da agricultura familiar no contexto brasileiro. Mais de 84% dos estabelecimentos agropecuários existentes no país são de agricultores familiares e geram 38% da renda bruta no meio rural. A agricultura familiar ocupa mais de 74% do pessoal que trabalha no campo e é mais produtiva que a agricultura patronal<sup>19</sup> em 89% (PARANÁ, 2011).

A partir desses dados, a avaliação sobre o PRONAF, considerada seus problemas, ainda é de que contribui para a permanência da Agricultura Familiar. Deve abranger os proprietários com terras, portanto descapitalizados.

<sup>18</sup> “pretende satisfazer as necessidades do presente sem comprometer os recursos equivalentes de que farão uso no futuro outras gerações” (DERANI, 2011).

<sup>19</sup> Termo que se contrapõe a agricultura familiar.

### 3 O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ

#### 3.1 Localização, caracterização física e socioeconômica

O município de Barbosa Ferraz está localizado no Estado do Paraná, Região Sul do Brasil, na Mesorregião Centro-Ocidental do Estado, e Microrregião de Campo Mourão; integra a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM) (Mapa 2).



Mapa 3 – Localização do Município de Barbosa Ferraz no Brasil, Estado do Paraná e Mesorregião Centro Ocidental.

O município apresenta altitude média de 435 metros. A altitude mínima, de 325m, aparece no vale do Rio Corumbataí e a máxima, de 727m, na região do Distrito de Paraíso do Sul. Suas coordenadas são dadas pela latitude 24° 03' 48" S e longitude 52° 01' 42" W.

A área do município corresponde a 539 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), e faz limite com os municípios de Fênix ao norte, São João do Ivaí a nordeste, Godoy Moreira a sudeste, Iretama ao sul, Luiziana e Campo Mourão a sudoeste, Corumbataí do Sul a oeste e Peabiru a noroeste.

Suas características físicas podem ser assim descritas. As terras do município de Barbosa Ferraz pertencem à bacia hidrográfica do Rio Ivaí, microbacia do Rio Corumbataí, subafluente da margem esquerda do Rio Paraná. O Rio das Lontras, afluente do Rio Corumbataí, drena parte das terras urbanas a sudeste do município. Por apresentar uma drenagem expressiva, outros rios merecem destaque no município: Arurão, Formoso, Poço Azul, Laranjeiras, Lontrinha, Óleo, Raposo Tavares, São Joaquim e Chupador.

De acordo com a classificação climática de Köppen, o município de Barbosa Ferraz apresenta clima subtropical úmido mesotérmico (Cfa), caracterizando-se por verões quentes com tendências de concentração de chuvas, e por invernos rigorosos, sem estação seca definida. A temperatura média varia de 22°C no verão a 18°C no inverno. As geadas, de alta influência na agricultura, não são frequentes.

Sua constituição geológica é bastante homogênea, representada por rochas basálticas de origem vulcânica, e faz parte da unidade que se denomina Formação Serra Geral. Segundo estudos da Mineropar, a combinação da geologia bastante homogênea, restrita ao basalto, e a combinação climática, foram responsáveis pela presença de um perfil de intemperismo com pouca variação. Ocorre o predomínio de latossolo vermelho eutrófico (cf. SBCS, Embrapa Solos).

Em terrenos íngremes é comum aparecerem finas camadas de litossolos basálticos e nas áreas úmidas, ao longo das várzeas e sopés de encostas mais íngremes, ocorrem os solos hidromórficos (ou gleissolos, colúvios e aluviões).

A vegetação nativa que resta no município pertence à Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Mista e cobre 4.161,3 hectares, enquanto a área de reflorestamento corresponde a 137,6 hectares (IPARDES, 2002).

De acordo com os primeiros resultados divulgados pelo IBGE do Censo Demográfico do ano 2010, a população absoluta do município de Barbosa Ferraz, que em 2000 era de 14.110 habitantes, passou em 2010 para 12.653 habitantes, representados por 6.287 mulheres e 6.366 homens. Na última década, um contingente de 1.457 habitantes migrou do município.

Uma média de 120 pessoas por ano; se considerarmos quatro pessoas por mês podemos pensar em uma família por mês.

A população urbana conta com 9.584 habitantes, superando mais de duas vezes a população rural do município, que é de apenas 3.069 habitantes. Assim o índice de urbanização é de 75,7%, inferior ao do Estado do Paraná, que está em torno de 85% (IBGE, 2010).

A taxa de analfabetismo chega a 20,47% da população total do município, índice muito elevado se comparado ao do Estado do Paraná, que é de 10,83% (entre as dez mesorregiões do Estado, o índice mais alto chega a 15,84% - na Região Centro-Ocidental Paranaense -, enquanto a Microrregião de Campo Mourão aparece com 15,25% de não alfabetizados).

O IDH do município está entre os mais baixos do Estado do Paraná, onde é de 0,700, atingindo a posição 341º no *ranking* dos 399 municípios do Estado; na classificação nacional o município ocupa o 2.987º lugar. No ano de 2003 o Índice de Gini<sup>20</sup> do município era de 0,600 e o do Estado do Paraná era de 0,470. O índice de pobreza chegou nesse mesmo ano a 45,88% no município, enquanto o do Estado era 39,07% (IBGE, 2003). Até o ano 2000 Barbosa Ferraz possuía 6.768 pessoas e 1.752 famílias em situação de pobreza (IPARDES, 2010).

### 3.2 Origem e formação

Segundo informações históricas levantadas, a área onde se encontra atualmente o município de Barbosa Ferraz pertencia à Espanha (Tratado de Tordesilhas; Espanha e Portugal; 1494). Mais tarde, principalmente a partir de “conquistas”, estas terras passaram à jurisdição de Portugal.

Até as primeiras décadas do século XIX esta área foi ocupada por grupos indígenas, com destaque para os Botocudos, e por diversos outros grupos. Entre estes últimos estão os espanhóis, que fundaram reduções jesuítas com o objetivo de catequizar os indígenas, dando-lhes proteção contra as investidas de outros moradores que ocupavam o sertão; e as bandeiras paulistas, chefiadas pelo grupo de Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto.

---

<sup>20</sup> Conforme os dados do IparDES, o Índice de Gini “Mede o grau de desigualdade da distribuição de renda ou desigualdade da distribuição da riqueza, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima)” (IPARDES, 2010, p. 27).

Até 1853, as terras onde se localiza hoje o Estado do Paraná pertenciam à Província de São Paulo. A partir daí todas as terras automaticamente foram consideradas de domínio do Estado. As terras que não tinham titulação registrada em cartório que identificasse seu dono foram consideradas “devolutas”, “desocupadas”, colocando-se à disposição para a comercialização de glebas ou lotes.

A ocupação do município de Barbosa Ferraz teve início no ano de 1948 e foi idealizada pela Concessionária Imobiliária Paraná Ltda., que adquiriu, por compra, glebas de terras do Estado que foram posteriormente loteadas. A Concessionária iniciou o processo de comercialização das terras vendendo lotes urbanos e rurais. Seu objetivo era vender lotes rurais de no máximo 121,0 hectares (correspondentes a 50 alqueires – medida adotada na região), favorecendo a instalação de pequenos agricultores oriundos de outras áreas do Estado do Paraná e do Brasil. Nesta conjuntura, foi estimulado o deslocamento de populações<sup>21</sup> que ocupariam estas áreas, as quais estavam sendo colonizadas pelo desenvolvimento de políticas oficiais ou de companhias particulares.

O nome do município, segundo consta, constitui uma homenagem ao Major Antônio Barbosa Ferraz Júnior, que, no ano de 1910 vendeu sua fazenda de café situada no Oeste de São Paulo, nos arredores da cidade de Ribeirão Preto, e adquiriu uma extensa gleba situada na fronteira com o Paraná, entre Ourinhos e Cambará. Nesse lugar ele derrubou a mata e plantou “um milhão de pés de café” (COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 37). Por essa razão, o Major Barbosa Ferraz e seu filho Leovigildo Barbosa Ferraz uniram-se a outros fazendeiros da região para constituírem uma empresa a dar sequência à construção de 29km de trilhos da cidade de Sorocaba até Ourinhos. Foi esse grupo que fundou a Estrada de Ferro Noroeste do Paraná (COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 37).

Administrativamente, pode-se dizer que Barbosa Ferraz foi criada como vila em 1948, e, pertenceu ao distrito administrativo do município de Campo Mourão até o ano de 1955. A partir desta data foi elevada à condição de Distrito Judiciário (Lei Estadual n.º 472). No dia 25 de julho de 1960, pela Lei Estadual n.º 245, foi criado o município de Barbosa Ferraz, cuja instalação ocorreu em 15 de novembro de 1961.

O processo de ocupação das terras da Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná, onde está situado o município de Barbosa Ferraz, segue semelhante à configuração ocorrida nas terras do Norte do Estado quanto ao sistema de loteamento, tamanho dos lotes e formas de

---

<sup>21</sup> De mineiros, paulistas, catarinenses, gaúchos, fluminenses, capixabas e nordestinos. Pouco depois vieram alguns portugueses, alemães, italianos, franceses, espanhóis e japoneses.

pagamento. O processo de colonização particular do Norte do Paraná teve início efetivo por volta do ano de 1925, com a atração de várias companhias de terras, com destaque para a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que mais tarde, em 1942, passou a chamar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Com um lote de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados de loteamento, segundo informações, esta última companhia de terras foi a que loteou a maior área em todo o Norte do Estado do Paraná.

A política utilizada pelas companhias de terras no processo de loteamento das terras do Norte do Estado do Paraná favoreceu a formação das pequenas propriedades. Como mencionado anteriormente, a Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense presenciou o mesmo processo: a formação de uma estrutura fundiária concentrada em pequenas propriedades rurais.

Na Tabela 4, os números referentes ao ano de 1960 parecem elevados em relação aos dos anos seguintes, por causa da delimitação da área regional utilizada pelo IBGE, que naquele ano abrangia o total de 45 municípios.

Tabela 4 – Estabelecimentos Agropecuários por grupos de áreas, anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 – Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.

<b>Mesorregião Centro Ocidental Paranaense - Distribuição dos Estabelecimentos Agropecuários</b>						
	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995/96</b>	<b>2006</b>
<b>Total:</b>	<b>127.102</b>	<b>54.982</b>	<b>32.300</b>	<b>32.458</b>	<b>24.041</b>	<b>21.106</b>
<b>Grupo por área (ha)</b>						
Menos de 1	113	450	851	1.152	-	1.877
1 a menos de 2	691	1.552	957	1.393	-	398
2 a menos de 5	19.291	17.949	7.121	7.725	-	2.761
5 a menos de 10	22.374	16.559	7.746	7.026	9.826	3.352
10 a menos de 100	78.846	17.393	13.806	13.251	11.977	10.384
100 a menos de 200	3.520	543	968	971	1.180	1.113
200 a menos de 500	1.796	352	642	696	768	959
500 a menos de 2.000	471	128	205	223	271	262
Sem declaração ou outros	-	56	4	21	19	-

Fonte: Adaptado de IBGE: Censo Agropecuário de 1960: PR e SC – série regional v. 2; Censo Agropecuário de 1980: Paraná; Censo Agropecuário 1995-1996 – Tabela 1: Confronto de resultados dos censos 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996.

Em 1970 ocorreram mudanças: a região foi desmembrada e passou a pertencer a Microrregião de Campo Mourão, que no ano de 1985 possuía 19 e atualmente possui 14 municípios. Somente a partir do censo de 1995/96 é que a região passou a ser denominada de Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, abrangendo um total de 25 municípios.

Os dados referentes à Tabela 4 demonstram que a estrutura fundiária da Mesorregião corresponde às características históricas da colonização implementada na área: concentração

expressiva de pequenas propriedades, principalmente daquelas classificadas entre 10 e menos de 100 hectares (entre 4,13 e 41,3 alqueires paulista).

A Tabela 4 mostra que há um número de pequenas propriedades maior do que o de grandes propriedades, mas é fato que entre 1960 e 2006 ocorreu uma gradativa diminuição no número de pequenos proprietários na Mesorregião, principalmente daqueles que possuíam terras entre 2 e 10 hectares (entre 0,83 e 4,13 alqueires paulista).

As características da estrutura fundiária do município de Barbosa Ferraz podem ser observadas na Tabela 5.

Tabela 5 – Estabelecimentos Agropecuários por grupos de áreas, anos de 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 – Município de Barbosa Ferraz – PR.

	1970	1980	1985	1995/96	2006
<b>Total:</b>	<b>4.255</b>	<b>2.853</b>	<b>3.220</b>	<b>1.449</b>	<b>1.561</b>
<b>Grupo por área (ha)</b>					
Menos de 1	187	162	141	-	114
1 a menos de 2	82	81	156	-	29
2 a menos de 5	1.596	682	930	-	352
5 a menos de 10	1.326	647	730	726	300
10 a menos de 100	1.030	1.175	1.150	628	654
100 a menos de 200	21	58	53	51	39
200 a menos de 500	9	34	42	35	50
500 a menos de 2.000	4	13	17	9	10
Sem declaração ou outros	0	1	1	0	13

Fonte: Adaptado de IBGE – Censo Agropecuário: 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Embora reflita as mesmas características da estrutura fundiária presente da Mesorregião, a expressiva presença da pequena propriedade, é alarmante a diminuição do número de propriedades rurais do ano de 1970 para o ano de 2006. Considerando os dados apenas de duas variáveis poderíamos apontar o índice dessa diminuição. A diminuição do número de propriedades cujas áreas variam entre 2 e 5 hectares (0,83 alqueire e 2,0 alqueire paulistas) foi de 1.244 propriedades; dentre aquelas cujas áreas variam entre 10 e 100 hectares (4,13 alqueires e 41,32 alqueires paulistas) foram vendidas 521 propriedades.

Em 1987 o Distrito Judiciário de Corumbataí do Sul foi desmembrado do município de Barbosa Ferraz, o que resultou na redução da área deste município a 171,95km<sup>2</sup>, com uma diminuição de 666 propriedades rurais no município em diferentes grupos de áreas (IBGE, 1996).

A redução do número das pequenas propriedades no município pode ser explicada pelos sucessivos períodos de êxodo rural e pela concentração de terras resultante da

modernização implementada na agricultura brasileira. Este período reflete a perda populacional que o Município de Barbosa Ferraz sofreu a partir do ano de 1970: naquele ano sua população absoluta era de 37.455 habitantes e em 2010 (IBGE, 2011) chegou a 12.653 moradores.

A formação da estrutura fundiária da Mesorregião Centro-Ocidental, assim como a do município de Barbosa Ferraz, reflete a estrutura fundiária paranaense, conforme se pode observar na Tabela 6.

Tabela 6 – Estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas, anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 – Estado do Paraná.

<b>Número de estabelecimentos rurais no Estado do Paraná</b>						
	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995/96</b>	<b>2006</b>
<b>Total:</b>	<b>521.710</b>	<b>1.090.696</b>	<b>884.129</b>	<b>907.659</b>	<b>712.800</b>	<b>706.967</b>
<b>Grupo de área (ha)</b>						
Menos de 10 ha	93.477	295.272	214.995	229.015	154.620	165.513
10 a menos de 100 ha	159.087	240.936	215.031	212.247	188.305	170.403
menos de 100 ha	252.564	536.208	430.026	441.262	342.925	335.916
100 a menos de 1.000 ha	15.567	17.158	22.349	23.425	25.432	25.112
1.000 ha e mais	915	1.087	1.537	1.548	1.450	1.191
Sem declaração	100	35	191	162	68	8.832

Fonte: Adaptado de IBGE –Censo Agropecuário – SIDRA: 2010.

Tomando como referência a variável menos de 100 ha, que caracteriza a pequena propriedade, observamos que o número de estabelecimentos rurais com esta característica é muito superior à soma daqueles acima de 100 ha.

No ano de 2006 o número de propriedades com menos de 100 ha é 12 vezes superior ao número de propriedades acima de 100 há, o que confirma a existência do maior número de pequenas propriedades rurais no Estado do Paraná e na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.

Apesar de os números mostrarem na tabela oscilações em praticamente todos os anos quanto à comercialização de terras, a característica da estrutura fundiária do Estado do Paraná sustenta-se na pequena propriedade, porém o Estado segue a tendência nacional de muita terra para poucas pessoas e pouca terra para muitas pessoas.

### 3.3 Produção agrícola: 1950-1980

O desmatamento era uma prática inerente ao processo de exploração da terra na região, que começava a ser povoada nas décadas de 1950 e 1960, com a chegada de populações que aqui haviam adquirido propriedades, ou mesmo de pessoas que vinham tentar a sorte por já terem perdido todos os seus bens em outras frentes de ocupação.

Essa primeira população foi chamada de colono. Em um primeiro momento, a retirada da mata deveria ocorrer na área onde seria construído o rancho do colono, usando-se a própria madeira das árvores derrubadas. Logo após, uma área maior de mata deveria também ser retirada para a prática da agricultura. Nessa área alguns produtos - como arroz, feijão, mandioca e milho - foram plantados para abastecer a família. O excedente era destinado à comercialização.

Durante certo período teve destaque no município de Barbosa Ferraz a cultura da menta, ou hortelã, como é mais conhecida. Essa cultura se estendia por vários municípios do Norte e Noroeste do Paraná, atingindo, inclusive, outros estados. Essas terras possuíam as características necessárias para uma boa produção: solos novos e férteis.

O cultivo da menta teve início com a chegada dos primeiros agricultores no final dos anos de 1950 e se expandiu largamente pelo município em decorrência de sua vantagem econômica.

Essa alta produção acabou por projetar o município no cenário nacional e internacional como capital da hortelã, e, como não poderia ser diferente, a prática exclusiva da cultura da hortelã caracterizou-se como monocultura. A dedicação exclusiva a esse cultivo resultou em sérios problemas para a economia do município, entre eles a falta de produtos básicos alimentícios para atender à demanda da população urbana, fato que levou o comércio de Barbosa Ferraz a comprar em municípios vizinhos arroz, feijão e outros alimentos.

Na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, a cultura da hortelã teve início por volta de 1950 e se estendeu até aos primeiros anos da década de 1970, quando entrou em declínio. Quando estava no auge da produção e importância econômica, era comercializada no mercado interno ou externo, mas o posterior desinteresse do mercado pelo produto levou à decadência da produção da hortelã, o que, evidentemente, atingiu a economia municipal.

A produção exclusiva desse produto e a perda de seu valor no mercado econômico contribuíram para um desequilíbrio econômico daqueles que se dedicavam a esse cultivo – basicamente, pequenos proprietários.

De acordo com Maia (apud 1994, PAULUS et al., 2008), o Brasil foi o principal produtor mundial de óleo de hortelã até o final da década de 70, e foi o seu cultivo como

monocultura, de intensa exploração, que acabou provocando problemas de fertilidade no solo, como baixo teor de matéria orgânica, deficiência de nutrientes e uma redução drástica da sua produtividade por causa de seu esgotamento.

Essa crise foi superada com a gradativa introdução de novas culturas comerciais e da criação de gado. Desde o início das atividades agrícolas no município de Barbosa Ferraz a produção agrícola sempre se mostrou bastante diversificada, como se pode observar na Tabela 7. Apenas nessa conjuntura da produção da hortelã é que houve favorecimento à prática da monocultura.

Tabela 7 – Principais produtos cultivados no município de Barbosa Ferraz – Ano de 1970.

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)
Arroz	1.512
Feijão	3.296
Café	2.571
Milho em grão	22.416
Amendoim	55
Hortelã (mentha)	17.236
Cana-de-açúcar	981
Mandioca	1.526
Trigo em grão	1.749
Soja em grão	6.477
Batata-doce	1.031
Mamona	52
Algodão	801
Rami <sup>22</sup>	1.085
Madeira	12.000 m <sup>3</sup>

Fonte: Adaptado de IBGE (1970).

Nas décadas de 1960 e 1970 alguns produtos se destacavam como milho, hortelã, madeira (extração), soja, feijão e café. A madeira era extraída das propriedades recém-adquiridas pelos colonos. As florestas nativas foram derrubadas e em seu lugar foram construídas casas e implantaram-se lavouras. O milho foi cultivado por quase todos os colonos da região, pois poderia ser utilizado na alimentação humana ou animal e seu excedente ainda comercializado. O Brasil obteve, na safra de 2009, uma produção superior a 51 milhões de toneladas de milho, perdendo apenas para a produção de cana-de-açúcar, que atingiu mais de 689 milhões de toneladas, e para a de soja, com quase 57 milhões de toneladas (IBGE, 2010). O município de Barbosa Ferraz produziu 44.250 toneladas de milho no ano de

<sup>22</sup> Planta de origem asiática, denominada *Boehmeria nivea*, pela Botânica. Sua fibra é utilizada pela indústria têxtil na fabricação de tecidos, cordas e barbantes e para outras finalidades, inclusive como ração animal, *in natura*. Não obteve êxito em seu plantio.

2008, sendo lhe superior apenas a cana-de-açúcar, com 102.200 toneladas, refletindo o quadro brasileiro.

O café, desde o início de sua produção, em 1970, teve pouca expressão: 2.571 toneladas. Seu cultivo não teve em Barbosa Ferraz a importância econômica que teve nos municípios paranaenses situados no Norte do Estado. A suscetibilidade a geadas, em razão das características do tipo climático subtropical úmido mesotérmico e de seu relevo acidentado, foram fatores que desestimularam a implantação de grandes áreas de café, embora esta cultura ainda esteja presente em pequenas áreas do município até os dias de hoje.

O café, no município de Barbosa Ferraz, foi plantado junto com a “lavoura branca” (milho, arroz, feijão, soja, amendoim, algodão) e atendia ao abastecimento das famílias dos colonos, do mercado local e de algumas cidades mais próximas.

A cultura da soja (conforme Tabela 7), com produção de 6.477 toneladas, esteve presente no município desde o início da década de 1970, mas se projetou como forte cultura a partir dos primeiros anos da década de 1980 estimulada pela modernização da agricultura e pelos créditos agrícolas.

De modo geral, em menor quantidade, produziam-se também, na conjuntura dos anos de 1970, arroz (1.512 t), feijão (3.296 t), amendoim (55 t), mandioca (1.526 t), trigo (1.749 t), batata-doce (1.031 t), mamona (52 t), algodão (801 t) e rami (1.085 t).

A pecuária, em decorrência das características do relevo, era considerada por alguns moradores do município como imprópria para a região. Mesmo assim, muitos proprietários de terras começaram a substituir as lavouras por pastagens. A pecuária suína era considerada mais vantajosa, pois se incorporava ao hábito alimentar dos moradores da zona rural.

Um quadro característico da pecuária desenvolvida em Barbosa Ferraz no ano de 1970 pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8 – Rebanho animal, aves e produção de leite no Município de Barbosa Ferraz – Ano de 1970.

<b>REBANHO e AVES</b>	<b>PRODUÇÃO (cabeças)</b>
Bovino	49
Suíno	1.795
Equino	115
Caprino	414
Ovino	36
Muare	2
Aves (galinhas)	11.553
<b>TOTAL:</b>	<b>13.964</b>

Fonte: Adaptado de IBGE (1970).

Conforme Tabela 8, a criação de aves (11.553 cabeças), suínos (1.795 cabeças), e caprinos (414 cabeças) era destaque na pecuária do município desde o final da década de 1960 e início da de 1970. Cumpre ressaltar que a criação de aves não possuía caráter industrial, era voltada principalmente ao consumo familiar e à venda de animais vivos às pessoas da cidade.

Nesta conjuntura, era comum a exploração da pecuária leiteira destinada principalmente, à venda *in natura* para o consumo da população residente na cidade, a produção de queijo e venda ao laticínio particular existente no município.

Em 1970 o rebanho bovino era de apenas 49 cabeças e em 1975 chegou a 19.288 cabeças. Segundo informações levantadas junto aos agricultores, no ano de 1970 já existia muito gado bovino no município. Atualmente existe um número considerável de pequenos pecuaristas no município de Barbosa Ferraz que já foram agricultores, deixando de atuar na agricultura devido às condições econômicas oferecidas pelas políticas de crédito, assunto que trataremos mais adiante.

Os dados do Censo Agropecuário do Estado do Paraná de 1970 revelam que o total de cabeças de gado é maior nas grandes propriedades; já nas médias e pequenas propriedades destaca-se a criação de aves, adequada à pequena produção, como mostra a Tabela 9. Reflexo das políticas de crédito e dos Complexos Agroindustriais.

Tabela 9 – Número de cabeças do rebanho e aves nos principais grupos de áreas: Paraná: 1970.

Espécies	Grupo de área (ha)		
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 1.000
Bovinos	328.111	1.763.230	1.773.315
Suínos	1.766.458	3.828.319	575.538
Equinos	148.409	268.541	59.134
Caprinos	87.292	126.939	37.658
Aves	10.827.305	14.069.850	1.271.000
<b>Total</b>	<b>13.157.575</b>	<b>20.056.879</b>	<b>3.716.645</b>

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário 1970.

O grupo de áreas com superfície de 10 a menos de 100 hectares apresenta os maiores números em todas as espécies de animal, totalizando 20.056.879 cabeças. Pelos tipos de rebanho mais comuns na região (aves e suínos), pode-se afirmar que em 1970 estes representavam a produção das pequenas propriedades e não se destinavam apenas ao consumo familiar.

### 3.4 As atividades agropecuárias: a conjuntura posterior aos anos de 1980

As informações contidas na Tabela 9 indicam a ocorrência de algumas mudanças no sistema de produção agrícola, tanto no que se refere à introdução de novos cultivos quanto no tocante à intensificação de produtos já existentes na área. A observação pode ser feita na Tabela 10.

Tabela 10 – Principais produtos cultivados no município de Barbosa Ferraz: anos de 1980 e 1985.

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)	
	1980	1985
Arroz	1.163	621
Feijão	7.322	8.669
Café (1ª e 2ª safras)	5.045	6.100
Milho em grão	14.295	11.812
Amendoim	179	4
Hortelã (menta)	0	0
Cana-de-açúcar	346	739
Mandioca	220	171
Trigo em grão	1.175	5.860
Soja em grão	12.838	7.399
Batata doce	13	1
Mamona	269	49
Algodão	4.543	7.515
Rami	194	90
Madeira (lenha)	0	2
Madeira (toras)	3 mil m <sup>3</sup>	2
Centeio em grão	10	0
Aveia em casca	-	8
Capim-elefante-napier	-	10
Cana forrageira	-	533
Pínus americano	-	9 mil árvores

Fonte: Adaptado de IBGE (1980-1985).

Durante os anos de 1980 a atividade agropecuária apresentou algumas mudanças em relação às atividades anteriores. Entre os anos de 1980 e 1985 intensificam-se algumas produções, como milho, soja, feijão, café e algodão, produtos que já existiam no município, e introduzidos outros, como o pínus-americano, cana forrageira, capim elefante e napier, que nunca haviam sido cultivados (Tabela 10).

O forte êxodo rural ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 acabou por afetar a área de produção agrícola representada por pequenas propriedades, ocasionando sua diminuição (IBGE,

1983). As fortes e consecutivas geadas dos anos de 1970 somadas ao movimento de concentração fundiária, acarretando a diminuição das pequenas propriedades, serão as principais causas do êxodo apontado nesse período.

Considerando-se as informações apresentadas anteriormente quanto à produção agrícola do município de Barbosa Ferraz no ano de 1970, em comparação com os dados de 1980 e 1985 da Tabela 10, é possível observar quedas e/ou aumento considerável nos índices da produção. A tabela apresenta as somas do aumento ou diminuição da produção agrícola do ano de 1970 para os anos de 1980 e 1985. É possível perceber que o arroz, o feijão, o algodão, o amendoim e o café apresentaram aumento na produção; que a hortelã, o rami e a batata-doce foram erradicados do município e que diminuiu a produção de mandioca, trigo, soja, cana-de-açúcar e madeira. A produção de madeira diminuiu devido a proibição da retirada de madeira *in natura*.

Os números efetivos revelam o expressivo aumento na pecuária do município, de 1970 para 1985, atingindo o segundo lugar em quantidade de cabeças, entre os dezenove municípios que compõem a Microrregião de Campo Mourão. O Município de Goioerê, que se apresentava em 1º lugar, tinha 65.597 cabeças e Barbosa Ferraz possuía 58.229 cabeças de gado.

A produção de aves continua a mais alta do município. De 1970 para o ano de 1980 todo o rebanho do município teve aumento expressivo e o maior percentual é o de bovinos. A produção de leite também continua expressiva, e aparece a criação de uma nova espécie: os bufalinos, que até o ano de 1970 eram inexistentes.

Segundo informações mostradas na Tabela 11, os destaques da produção no município entre os anos de 1980 e 1985 são: criação de aves, precedida pelo rebanho de bovinos e suínos. Com produção bem menor seguem o gado leiteiro, equinos, caprinos, muares, ovinos e bufalinos.

Tabela 11 – Rebanho animal, aves e produção de leite no município de Barbosa Ferraz: Ano 1980 e 1985.

GADOS, AVES E LEITE	PRODUÇÃO (cabeças)	
	1980	1985
Bovinos	45.270	58.229
Suínos	14.913	14.765
Eqüinos	2.039	3.033
Caprinos	1.345	565
Ovinos	637	870
Bufalinos	362	156
Muares	888	1.139
Aves (galinhas)	82.748	80.437
Leite	2.424 litros	3.735 litros
<b>TOTAL (sem prod. Leite)</b>	<b>148.202</b>	<b>159.194</b>

Fonte: Adaptado de IBGE (1985) – Censo Agropecuário 1985.

A pesquisa mostra que nas primeiras décadas de existência do município de Barbosa Ferraz os pequenos proprietários de terra costumavam plantar milho, feijão, arroz, mandioca, batata-doce, soja, hortelã, rami, algodão, frutas, hortaliças e outras culturas, cultivos que são próprios à pequena produção, pois fornecem alimento para as famílias dos pequenos produtores e abastecem o mercado de alimentos. Esses produtos podem também ser comercializados nos mercados local, regional e até internacional, como foi o caso da hortelã, em uma conjuntura específica; e desde muito cedo se introduziu a pecuária juntamente com atividades agrícolas.

### **3.5 Produção agrícola a partir de 1990**

De acordo com o economista agrícola Mauro de Rezende Lopes (TEIXEIRA, 1993, p. 105), os anos de 1990 a 1992 foram desastrosos para o setor agrícola brasileiro. Uma posição de regras disciplinou o Governo na intervenção dos mercados agrícolas e na liberação do comércio de produtos agrícolas. Foi conferida proteção aos preços dos insumos (fertilizantes e inseticidas) e à produção de algodão de fibra longa (de grande interesse da indústria) e da soja, que antes eram levemente tributados e agora, assim como outros produtos, passam a sofrer pesada carga tributária. O setor agrícola é altamente tributado, pois sobre algo em torno de 40 a 50% da renda agrícola incide o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Com isso, entendemos por que o Brasil produziu menos, exportou menos e alimentou, de forma muito medíocre o seu povo. [...] Após a eliminação dos subsídios do crédito e a cobrança dos juros mais altos do mundo, sem que o governo ficasse, em definitivo fora dos mercados agrícolas, os produtores foram parar em massa na inadimplência (TEIXEIRA, 1993, p.118-119).

Vejamos como foi a produção agrícola a partir de 1990 no município de Barbosa Ferraz através dos dados sistematizados na Tabela 12.

Tabela 12 – Lavoura: quantidade produzida no município de B. Ferraz – Anos: 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 2000, 2005 e 2008.

<b>Município = Barbosa Ferraz – PR</b>									
<b>Quantidade produzida (toneladas)</b>									
<b>Lavoura</b>	<b>Ano</b>								
	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2008</b>
<b>Total</b>	<b>30.114</b>	<b>32.478</b>	<b>27.791</b>	<b>35.275</b>	<b>37.143</b>	<b>41.640</b>	<b>45.046</b>	<b>72.795</b>	<b>197.810</b>
Algodão herbáceo (em caroço)	7.965	9.074	8.676	4.734	6.434	5.194	1.110	149	20
Amendoim (em casca)	9	-	43	17	9	9	32	20	30
Arroz (em casca)	372	200	85	85	225	750	628	900	900
Aveia (em grão)	-	70	99	8	64	120	90	440	-
Batata-doce	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	-	1.200	-	1.200	2.000	-	-	2.400	102.200
Centeio (em grão)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão (em grão)	2.000	896	450	960	750	1.620	1.100	2.200	2.679
Fumo (em folha)	-	-	55	50	50	7	15	25	-
Mamona	75	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	360	700	700	700	735	-	9.700	12.000	20.800
Melancia	-	-	-	-	-	-	7	90	280
Milho (em grão)	7.000	7.715	9.035	16.580	17.536	25.900	9.470	31.100	44.250
Rami (fibra)	65	56	62	-	-	-	-	-	-
Soja (em grão)	8.000	5.810	2.866	6.941	5.900	6.000	11.475	16.948	22.400
Trigo (em grão)	2.468	4.557	3.720	2.000	1.440	1.980	365	6.250	2.376
Café (em grão)	1.800	2.200	2.000	2.000	2.000	60	1.294	213	975
Maracujá	-	-	-	-	-	-	60	60	900

Fonte: Adaptado de IBGE – Estimativa da Produção Agrícola Municipal. 2008.

Entre os anos de 1990 e 2008 o quadro de produção agrícola do município de Barbosa Ferraz sofreu algumas alterações, sempre seguindo diretrizes do mercado agrícola. Em se tratando da cultura em médias ou grandes propriedades, entre 1990 e 1992 as produções de soja, algodão e milho se alternaram nos índices de maior produção. O trigo apresentou crescimento entre 1990 e 1991 e em seguida, queda na produção de 1992 até 2000, período após o qual voltou a crescer. A produção das pequenas propriedades continuou centrada basicamente no feijão, cuja produção se estabilizou, e no arroz, que continuou a crescer.

Entre 1992 e 1995 a produção de milho toma a dianteira na economia do município e entre 1995 e 2000 a produção de soja tem o maior índice.

Entre 2000 e 2008 a produção de milho voltou a ser expressiva e em contínuo crescimento, porém seria o cultivo da cana-de-açúcar que se apresentaria de modo promissor nas terras do município em decorrência das destilarias instaladas em municípios próximos.

Entre os cultivos das pequenas propriedades a mandioca ganha destaque na produção.

Em 1990 produzia-se soja, algodão e milho e em 2008, cana, milho, soja e mandioca. O milho e a mandioca são destaques na produção agrícola do município até os dias atuais.

A Tabela 13 apresenta a produção referente aos rebanhos a partir do ano de 1990 até o ano de 2008.

Tabela 13 – Efetivo dos rebanhos no Município de Barbosa Ferraz – Anos: 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 2000, 2005 e 2008.

<b>Município = Barbosa Ferraz – PR</b>									
<b>Efetivo dos rebanhos (Cabeças)</b>									
<b>Tipo de rebanho</b>	<b>Ano</b>								
	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2008</b>
Bovino	47.950	47.900	50.000	42.310	42.310	42.320	38.532	51.625	49.169
Equino	2.410	2.579	2.500	2.450	2.700	2.690	1.610	1.900	1.240
Bubalino	130	137	150	130	150	120	17	27	18
Asinino	25	28	30	25	28	25	12	16	0
Muar	210	221	230	240	260	250	382	475	167
Suíno	12.850	13.895	13.500	13.300	14.600	14.640	12.513	14.650	8.600
Caprino	1.900	2.071	2.100	2.050	2.200	2.100	155	210	100
Ovino	1.050	1.145	1.200	1.410	1.550	1.670	590	215	990
Galos, frangas, frangos e pintos	60.000	62.400	60.000	61.400	67.500	65.920	66.400	58.000	40.150
Galinhas	15.000	15.750	15.000	15.500	16.700	16.750	16.604	12.100	10.000
<b>TOTAL</b>	<b>141.525</b>	<b>146.126</b>	<b>144.710</b>	<b>138.815</b>	<b>147.998</b>	<b>146.485</b>	<b>136.815</b>	<b>139.218</b>	<b>110.434</b>

Fonte: Adaptado de IBGE – Censo Agropecuário: Pesquisa Pecuária Municipal. 2008.

É importante destacar que a criação de galos, frangas, frangos, pintainhos e galinhas, embora tenham experimentado queda após o ano 2000, continua expressiva no município, sendo, provavelmente explorado, pelas pequenas propriedades. Diferentemente da década de 1970, quando a produção de aves (galináceas) destinava-se ao consumo familiar, a partir dos anos de 1990 passou a ser dirigida para o comércio de grandes empresas do ramo, sendo as aves criadas em granjas de médio e grande porte.

O rebanho de bovinos mantém oscilações constantes entre quedas e aumentos consideráveis, entretanto continua em destaque; em situação semelhante aparece o rebanho de suínos.

Os dados mostram que a atividade pecuária no município de Barbosa Ferraz é tão importante quanto a atividade agrícola.

#### 4 REALIDADE AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ

##### 4.1 Caracterização social e econômica do pequeno produtor rural

O levantamento de dados permitiu a caracterização de um quadro contendo informações sobre os pequenos produtores rurais pesquisados, pertencentes, em sua maioria, ao sexo masculino (90,72%), de modo que em apenas 9,28% do quadro as mulheres trabalham em atividades rurais, inclusive na direção de algumas propriedades.

Conforme o Gráfico 2, a faixa etária da população estudada está assim distribuída: predomina a faixa etária entre 47 e 57 anos (39%), seguida da faixa entre 36 e 46 anos (22%).

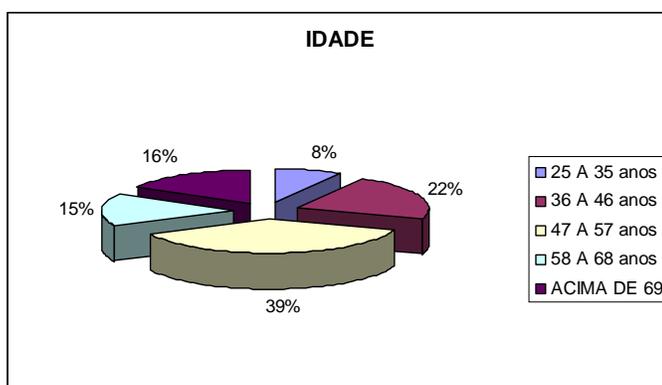


Gráfico 2 – Idade dos agricultores familiares.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Embora tenhamos subdividido a faixa etária acima de 58 anos em dois grupos - 58 a 68 anos (15%) e acima de 69 anos (16%), - o fato é que 31% dos trabalhadores encontrados nas propriedades estão com idade acima de 58 anos, caracterizando-se, assim, como uma população idosa. Não era nossa intenção levantar a saúde da população estudada, mas as conversas mantidas

nas entrevistas nos chamaram a atenção. A assistência médica do Programa Saúde da Família<sup>23</sup> com atendimento domiciliar dificilmente atinge essas pessoas. Quando necessitam de atendimento médico, muitas vezes com dificuldades de acesso a transporte, pois as estradas quase sempre são precárias, recorrem ao Centro de Saúde municipal e, para consultas com especialistas, necessitam de esperar muito, chegando a mais de 180 (cento e oitenta) dias. Para resolver os problemas de saúde familiar costumam contar com alguma aposentadoria, pensão ou comercialização de parte da produção ou da propriedade. Este é o caso, por exemplo, do Senhor H.P., de 51 anos, que, para fazer o tratamento de um câncer na cabeça e com muita dificuldade financeira, desloca-se até o Hospital do Câncer, na cidade de Londrina, a 200 Km de distância.

O grupo mais jovem, entre 25 e 35 anos, responde apenas por 8% dos trabalhadores que estão na agricultura. Muitos outros jovens, filhos dos pequenos produtores, demonstram pouco ou nenhum interesse em permanecer na propriedade, preferindo trocar tudo pela vida na cidade. Isso nos leva a refletir o que estes filhos farão com as propriedades rurais que futuramente herdarão de seus pais.

Alguns resultados da pesquisa demonstraram que um número considerável de produtores que hoje são proprietários herdou as terras de seus pais, porém é também possível verificar que a faixa etária deste grupo que herdou suas terras não corresponde àquela dos mais jovens. Trataremos desse assunto nas próximas páginas.

Em se tratando do grupo entre 25 e 35 anos, constatamos nas entrevistas que a pouca permanência deles na zona rural decorre, principalmente, do baixo rendimento financeiro que a agricultura tem proporcionado às famílias. Percebendo a situação em que se encontram seus pais, os filhos optam por buscar trabalho na cidade e melhores condições de vida.

Constatamos que o número de pessoas que trabalham na cidade e moram na propriedade é pequeno, mas os que moravam na propriedade e migraram definitivamente para trabalhar na área urbana somam 161 pessoas, contra 266 que ainda mora na propriedade rural, o que significa que aproximadamente 38% delas foram definitivamente para a cidade.

Esta situação é também comum na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, onde está situado o município de Barbosa Ferraz, a qual desde o ano de 1970 até o ano 2000 vem apresentando decréscimos consideráveis em sua população absoluta por causa das migrações. Essas populações migraram saindo da zona rural ou da cidade pequena em direção às cidades médias ou grandes.

---

<sup>23</sup> Programa do Governo Federal iniciado no ano de 1994. Conf. Em: Ministério da Saúde: <<http://200.214.130.35/dab/atencaobasica.php>>.

Observem-se a seguir as taxas de crescimento anual da população no município de Barbosa Ferraz em relação à Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná: apenas a população urbana apresenta crescimento.

Tabela 14 – Taxa geométrica de crescimento anual do Município de Barbosa Ferraz e Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná.

Município/ Região	Taxa geométrica de crescimento anual (%)								
	População Total			População Urbana			População Rural		
	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000
Barbosa Ferraz	-3,20	-3,45	-2,93	4,47	1,41	-1,23	-5,56	-7,51	-5,89
Mesorregião Centro-Ocidental	-2,34	-0,68	-1,24	5,42	3,01	0,71	-3,35	-4,36	-5,07

Fonte: Adaptado de IBGE (2000).

No período em foco, a diferença do crescimento negativo da população rural do município de Barbosa Ferraz em relação ao da Mesorregião será ainda maior: -6,19%.

De acordo com a nossa pesquisa, é possível perceber, pela fala dos entrevistados, que seu baixo grau de instrução justifica a sua permanência, morando e/ou trabalhando com a agricultura ou com a pecuária.

Conforme mostra o Gráfico 3, 41% dos produtores agrícolas responderam que continuam trabalhando com agricultura por falta de opção de trabalho ou por possuírem pouco ou nenhum grau de estudo.

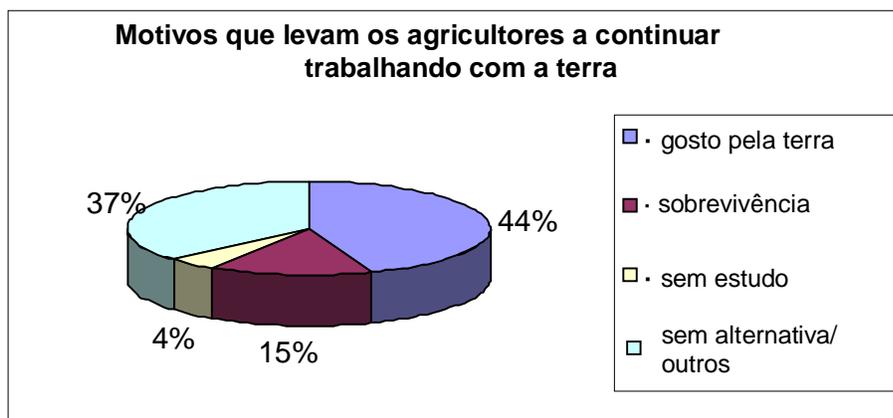


Gráfico 3 – Principais motivos que levam os agricultores a continuar trabalhando com a terra.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Este número fica um pouco abaixo do daqueles que continuam trabalhando com a agricultura porque gostam da terra (44%). Derivadas dessa resposta surgem as seguintes observações na fala dos pesquisados:

- “Já estou velho e é a única coisa que sei fazer” (P.A. 1);
- “Não tenho mais idade para arrumar outro emprego” (P.A. 2);
- “É uma fonte de renda e não tenho outra profissão” (P.A. 3).

Outro entrevistado declarou:

- “Não vejo a hora de completar 60 anos e me aposentar. Trabalhei tanto na minha vida e não consegui terminar a construção da minha casa, nem sequer fiz o muro. Daí vou viver do salário do governo” (P.A. 4).

Esta declaração evidencia sua insatisfação com a política agrícola brasileira e com o fato de ter começado a trabalhar desde muito jovem e agora, com 56 anos de idade, perceber que não construiu aquilo que desejava para uma vida digna. A maioria alega falta de opção para justificar sua permanência no trabalho com a terra

O Gráfico 4, demonstra o grau de escolaridade dessa população. Vejamos.

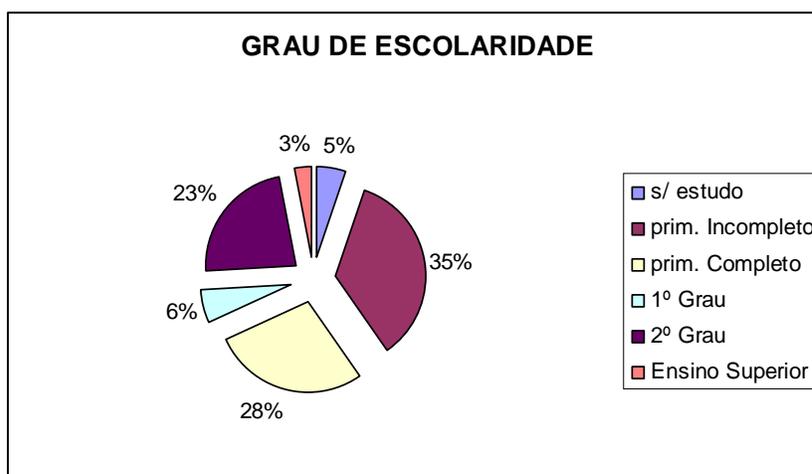


Gráfico 4 – Escolaridade da população pesquisada.  
Fonte: Dados da pesquisa.

O grau de instrução entre a maioria desses agricultores é muito baixo (Gráfico 4). Eles acreditam que, migrando para a cidade, como alguns disseram, não conseguiriam ganhar nada, dado seu grau de instrução. Assim, preferem fazer aquilo que aprenderam: cuidar da terra e/ou criar animais.

Quanto ao grau de escolaridade, apenas 3% dos entrevistados possuem ensino superior, enquanto no extremo estão 5% que nunca estudaram. Os que completaram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio correspondem a 29%. Como poucos concluem sua instrução estando na área rural, encontramos 35% que não terminaram o ensino de 1ª a 4ª série.

De modo geral, quase 70% desses produtores rurais passaram por alguma instrução escolar e estariam aptos, por exemplo, para submeter-se a capacitações que poderiam, caso houvesse interesse dos órgãos públicos, melhorar a qualidade de seu trabalho agrícola.

#### 4.2 Caracterização da propriedade

Quanto ao tamanho das propriedades, constatamos a existência de 7% de produtores com propriedades acima de 88 hectares (36,36 alq.); e 4% entre 50 hectares (20,66 alq.) e 88 hectares. Entre 24,20 (10,0 alq.) e 50,0 ha o percentual encontrado foi de 15%. No universo desta pesquisa, o maior percentual ficou com as menores propriedades, que não passam de 24,20 ha com 74%. O Gráfico 5 demonstra esses dados.

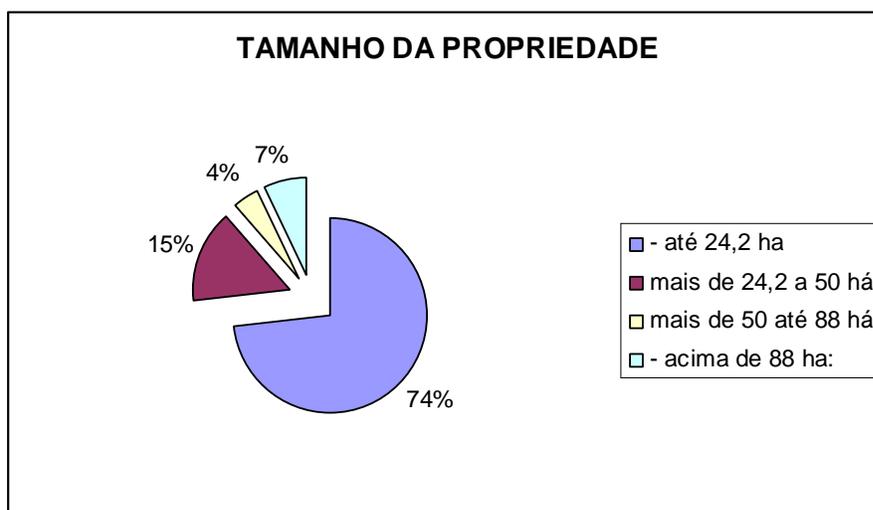


Gráfico 5 – Tamanho da propriedade da população pesquisada.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Ao todo, 74% dos proprietários entrevistados possuem terras com áreas que variam de menos de 1 hectare até 24,2 hectares.

Segundo o censo agropecuário de 2006 do IBGE, o Estado do Paraná possui o total de 335.916 estabelecimentos rurais com menos de 10 a menos de 100 hectares e apenas 26.303 propriedades acima de 100 hectares. O primeiro grupo ocupa uma área de 5.517.293 ha e 36,09% das terras e o segundo com área de 9.769.242 ha atinge 63,90% da área rural paranaense.

Os dados sobre a origem da terra demonstraram que 84% das propriedades são particulares. Desses, nove declararam que suas terras estão em condição de usufruto. A terra em condição de usufruto é um dado importante a considerar, pois nos remete a pensar na permanência dos filhos em atividades rurais. O que é possível pensar sobre as informações apresentadas no Gráfico 6.

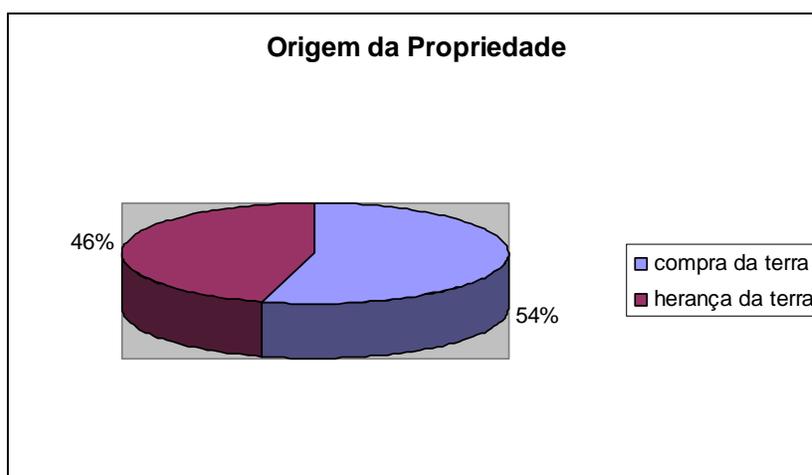


Gráfico 6 – Origem da propriedade da população pesquisada.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Os percentuais daqueles que adquiriram suas terras por meio de compra corresponde a 54% e daqueles que a receberam como herança, a 46%. Isto significa uma diferença de apenas oito pontos percentuais e representa que é muito forte ainda a transferência da terra de pai para filho no município. A herança na propriedade da terra é costume tradicional, e se poderia falar mesmo em forma de manutenção da propriedade ante a possibilidade de perdê-la.

Ocupam a condição de arrendatário, parceiro e outras possibilidades de acesso a terra, ao todo, 16%, conforme o Gráfico 7.

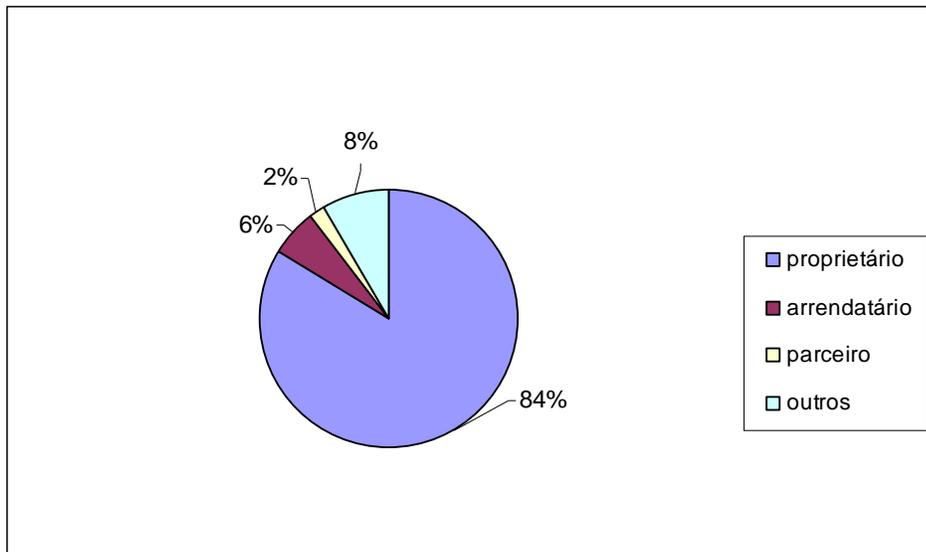


Gráfico 7 – Condição do produtor da população pesquisada.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Constatamos a realidade da pesquisa realizada no município de Barbosa Ferraz quanto à baixa condição do produtor rural ao confrontarmos-la com os dados oficiais do IBGE. O Gráfico 8 apresenta a involução da condição do produtor rural em todo o Estado do Paraná.

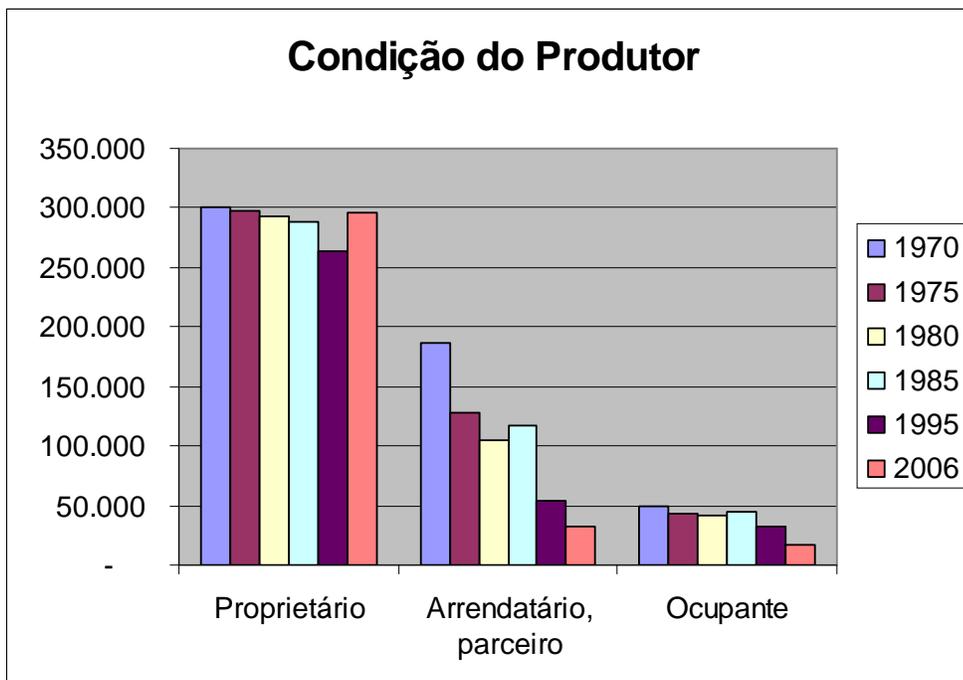


Gráfico 8 – Condição do produtor rural no Paraná – Período: 1970 a 2006.  
Fonte: Adaptado de IBGE, Censo agropecuário, 2006.

Embora em pequeno número, a condição de arrendatário, parceiro e ocupante, continuam a existir entre os produtores rurais. O sistema de arrendamento e parceria se mantém em percentuais mais elevados que o de ocupante, principalmente no ano de 1970, e apresenta queda brusca nos anos de 1995 e 2006; porém é preciso lembrar que a partir da década de 1970 a agricultura sofreu muitas transformações com a modernização, e isso traria resultados profundos, principalmente em razão do êxodo rural e relações de trabalho, como o arrendamento e a parceria que sofreram intenso refluxo, quase deixando de existir.

Para ter melhor noção da realidade estudada, tomou-se alguns dados da realidade paranaense para cotejamento, os quais são apresentados na Tabela 15 e indicam as mesmas características mencionadas acima, ou seja, o baixo número de arrendatários e parceiros. Utilizamos para tanto as seguintes escalas de localização: estadual, mesorregional, microrregional, municipal e local (Estado do Paraná, Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, Microrregião de Campo Mourão<sup>24</sup>, Município de Barbosa Ferraz como um todo e os bairros onde se realizou a pesquisa) segundo as informações dos censos do IBGE de 1995-1996 e 2006. Comparem-se os dados das Tabelas 15 e 16.

Tabela 15 – Total de estabelecimentos e área por condição de produtor: proprietário, arrendatário e parceiro do Estado do Paraná, Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, Microrregião de Campo Mourão e Município de Barbosa Ferraz, 1995-1996.

1. Paraná 2. Mesorregião/ 3. Microrregião/ 4. Município	Proprietário		Arrendatário		Parceiro	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
1. Paraná	282.175	14.279.371	26.945	799.326	28.117	399.357
2. Centro-Ocidental Paranaense	16.590	948.180	3.362	87.811	2.141	34.845
3. Campo Mourão	8.840	560.045	1.338	45.697	1.570	26.019
4. Barbosa Ferraz	958	41.686	109	1.599	260	2.376
<b>TOTAL</b>	<b>308.563</b>	<b>15.829.282</b>	<b>31.754</b>	<b>934.433</b>	<b>32.088</b>	<b>462.597</b>

Fonte: Adaptado de IBGE, Censo Agropecuário, 1995-1996.

<sup>24</sup> Região formada por 25 municípios entre eles, Barbosa Ferraz (município pesquisado).

Tabela 16 – Total de estabelecimentos e área por condição de produtor: proprietário, arrendatário e parceiro do Estado do Paraná, Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, Microrregião de Campo Mourão e Município de Barbosa Ferraz, 2006.

1. Paraná 2. Mesorregião/ 3. Microrregião/ 4. Município 5. Bairros (área pesquisada <sup>25</sup> )	Proprietário		Arrendatário		Parceiro	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
1. Paraná	297.935	13.800.755	25.676	814.940	7.870	172.802
2. Centro Ocidental Paranaense	16.407	953.658	2.995	107.805	385	16.653
3. Campo Mourão	8.950	561.991	1.630	67.303	284	13.875
4. Barbosa Ferraz	1.072	41.338	225	5.384	71	864
5. Bairros <sup>26</sup> (área pesquisada)	81	1.700	7	188	2	116
<b>TOTAL</b>	<b>324.445</b>	<b>15.359.442</b>	<b>30.533</b>	<b>995.620</b>	<b>8.612</b>	<b>204.310</b>

Fontes: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Conforme a Tabela 16, percebemos que o sistema de parceria apresenta-se inexpressivo no Estado do Paraná, na Microrregião de Campo Mourão e no Município de Barbosa Ferraz como um todo; nos últimos dez anos a queda foi expressiva.

De acordo com as informações ora apresentadas, é possível perceber um aumento no número de estabelecimentos particulares e uma redução da área em hectares nos quatro níveis de escalas e quedas, tanto no Estado do Paraná quanto no Município de Barbosa Ferraz. Quanto ao sistema de arrendamento, seu crescimento aparece no Paraná, na Região Centro Ocidental, Microrregião de Campo Mourão, bem como no Município em estudo. Fato que se justifica principalmente no período entre 2004 e 2005 devido ao bom preço da soja no mercado nacional e internacional.

<sup>25</sup> A pesquisa foi realizada com 97 produtores rurais, em diferentes bairros rurais (Pocinho, Poço Azul, Tereza Breda, São Joaquim, Ortiguinha, São Judas Tadeu, Santa Rosa, Água da Mutuca e Ourilândia) do município de Barbosa Ferraz. A soma dos três segmentos da tabela não dará o total dos 97 estabelecimentos pesquisados, sendo por encontrado oito deles que não se encaixavam nas referidas situações.

<sup>26</sup> Incluímos aqui os dados referentes à pesquisa, mesmo sabendo que as datas não são comuns por considerá-los necessário para cotejamento das informações.

Do total de produtores entrevistados, alguns possuem mais de uma condição como produtor, sendo, às vezes, proprietário e parceiro ou proprietário e arrendatário. Para completar seu universo total devem-se somar a eles os 7 entrevistados que se encontram em situação de “outros”, os quais não mencionamos na tabela por considerar desnecessário fazê-lo no momento.

### 4.3 Caracterização da produção agropecuária entre os agricultores familiares: início da ocupação territorial

Foi possível verificar em nossa pesquisa que a diversificação da produção agropecuária dos pequenos produtores rurais é uma prática antiga. Segundo informações fornecidas pelos entrevistados, o grupo sempre produziu o alimento básico necessário à alimentação de suas famílias, bem como para fins comerciais. Observem-se nos dados no Quadro 1 os produtos mais comuns produzidos em conjunturas representadas por décadas.

<b>Período</b>	<b>Produção</b>
<b>Antes de 1960</b>	<b>Hortelã, arroz, feijão, milho, mandioca.</b>
<b>Década de 1960</b>	<b>Hortelã, arroz, feijão, milho, mandioca e café.</b>
<b>Década de 1970</b>	<b>Hortelã, arroz, feijão, milho, mandioca, café, soja, trigo, algodão e pecuária leiteira.</b>
<b>Década de 1980</b>	<b>Arroz, feijão, milho, mandioca, café, soja, algodão e pecuária leiteira.</b>
<b>Década de 1990</b>	<b>Feijão, milho, mandioca, café, soja, algodão, pecuária leiteira, fumo, hortaliças e sericicultura.</b>
<b>Década do ano 2000</b>	<b>Feijão, milho, mandioca, café, soja, cana-de-açúcar, pecuária leiteira, frango de porte, hortaliças, sericicultura e maracujá.</b>

Quadro 1 – Período e principais produtos produzidos pelos pequenos produtores no Município de Barbosa Ferraz.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando-se essa conjuntura, em breve relato, pode-se identificar que o cultivo da hortelã iniciou-se antes do ano de 1960 e se estendeu até a década de 1970. Foi uma atividade econômica que se iniciou nas pequenas propriedades, em terras que estavam sendo desmatadas. Essa cultura foi erradicada por causa das crises que enfrentou internacionalmente o setor econômico da agricultura, em especial esse cultivo. O resultado desastroso refletiu-se também na queda da fertilidade do solo onde era produzida.

Na década de 1960 os produtos cultivados foram os mesmos, acrescentando-se apenas a cultura do café, a qual teve períodos mais intensos de produção e permanece até os dias de hoje em áreas menores.

Na década de 1970 surgiram novas culturas no município: o trigo e a soja, que continuam presentes na economia local, principalmente esta última, que experimentou crescimento. A cultura do trigo, que aparece mais intensamente na década de 1980, teve um período pequeno de cultivo entre os pequenos produtores, e, conforme o resultado da pesquisa de campo, apenas um produtor ainda cultiva o trigo. Na década de 1980 também se cultivou algodão, cultura que prevaleceu até o final da década de 1990 e foi quase totalmente erradicada, tendo-se encontrado que apenas 1,03% dos agricultores familiares pesquisados ainda cultivam.

A sericultura e a produção de hortaliças surgem no município por volta da década de 1990, com incentivo da empresa Fiação de Seda BRATAC - Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. - e dos produtores de orgânicos, respectivamente.

A cultura do fumo também passou a ser produzida na mesma época, mas teve um período curto de produção, pois enfrentou problemas de baixo preço no mercado.

Algumas culturas como feijão, mandioca, milho e soja são tradicionais e a novidade na década do ano 2000 é o cultivo do maracujá-azedo, destinado à produção do suco. Este produto está sendo desenvolvido por incentivo da Associação de Produtores da Região de Corumbataí do Sul – APROCOR, localizada no município de Corumbataí do Sul, vizinho de Barbosa Ferraz, que garante a comercialização do maracujá para vários estados brasileiros.

#### **4.4 Perfil da agricultura familiar**

Somando a área das propriedades estudadas em nossa pesquisa encontramos o total de 1.700,63 hectares.

No universo pesquisado de áreas superiores a 88 ha, encontramos apenas quatro (de 7) dessas que destinam áreas de mais de 50 hectares ao cultivo de alimentos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca) ou de outros produtos para exportação, como é o caso da soja, cultura desenvolvida por 46 dos pequenos proprietários no ano de 2009.

Foi possível identificar também que aqueles que possuem as menores propriedades são os que destinam as maiores áreas ao cultivo diversificado de produtos que constituem a

alimentação básica. Veja-se no Gráfico 9 a área destinada à produção agrícola pelo grupo pesquisado:

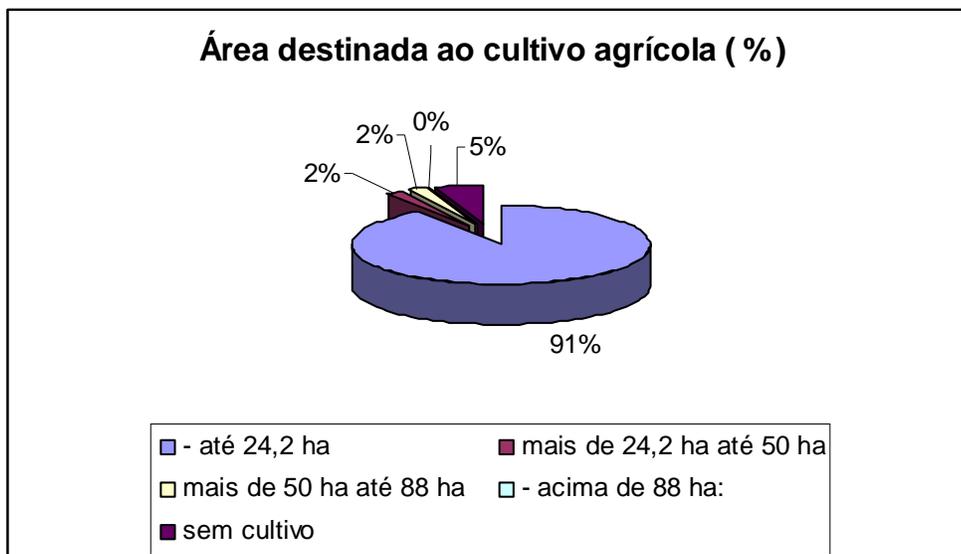


Gráfico 9 – Área destinada ao cultivo agrícola.  
Fonte: Dados da pesquisa.

No número encontrado de pequenos produtores que praticam a agricultura está inserido o produtor que planta com diferentes finalidades: para fins comerciais; alimentação das criações de sua propriedade (gado bovino, suíno, bicho-da-seda e aves) ou exclusivamente para alimentação da sua família<sup>27</sup>. Alguns deles desenvolvem a pecuária e possuem pequenas áreas de lavouras como o milho, cana e outros vegetais destinados apenas à alimentação do gado. Consideramos em nossa pesquisa todos os produtores que plantam algum tipo de cultura, até mesmo em áreas mínimas, que chegaram a ser inferiores a um hectare, e constatamos o forte crescimento da produção de alimentos em moldes tradicionais, assunto de que trataremos depois.

Observe-se no Gráfico 10 a diversificação de produtos e o percentual de produtores em relação às suas atividades produtivas, sem considerar a quantidade produzida.

<sup>27</sup> Mas não se configura como subsistência.

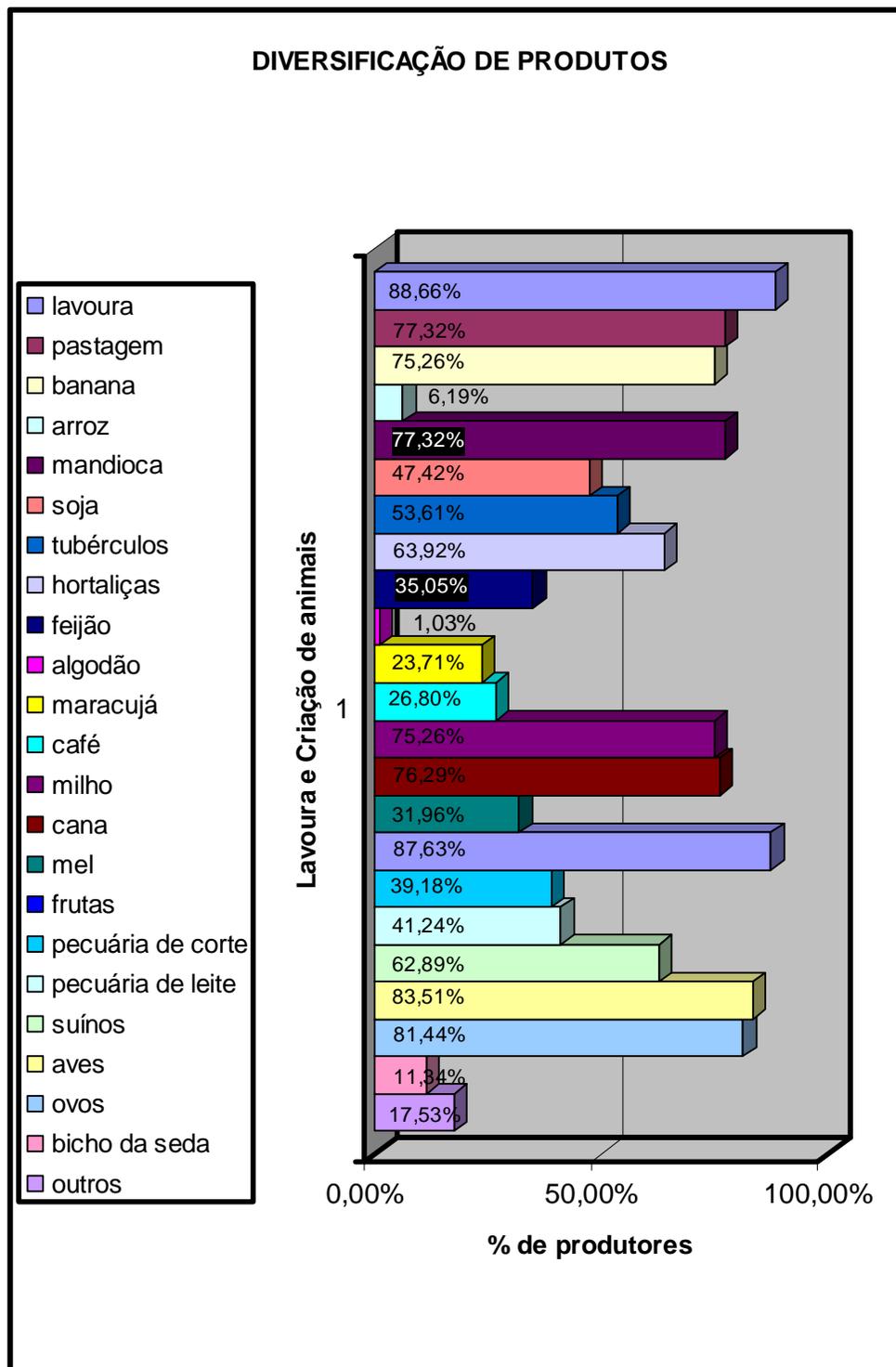


Gráfico 10 – Diversificação de produtos produzidos pela população pesquisada.

Fonte: Dados da pesquisa.

\* A soma dos valores das figuras resulta no total de pessoas entrevistadas.

A diversificação da produção é grande entre os pequenos produtores do município de Barbosa Ferraz, demonstrando sua importância para o mercado interno, principalmente no

interior do município. Alguns agricultores declararam produzir apenas para consumo próprio e da família, porém é possível verificar a presença de produtos que compõem a pauta de exportação, como é o caso da soja, do café e casulos do bicho-da-seda.

Conforme o Gráfico 9, 88,66% dos pequenos produtores possuem plantações. A mandioca aparece como a cultura de destaque, sendo cultivada por 77,32% dos produtores, enquanto 53,61% produzem outros tipos de tubérculo, como batata-doce e inhame. Em seguida vêm a cana-de-açúcar (76,29%), o milho e a banana (75,26%). Com 63,92% aparecem as hortaliças.

Entre os pequenos agricultores, 47,42% plantam soja; 35,05% plantam feijão; 26,80% cultivam café; 23,71%, maracujá; 87,63% plantam outros tipos de frutas; 6,19% plantam arroz e apenas 1,03% deles dedica-se à produção de algodão.

As imagens a seguir mostram a diversificação da produção entre os pequenos produtores pesquisados.



Imagem 1 – Bairro Ortiguinha: plantação de abacaxi.

Aquilo que é produzido é investido na sobrevivência, não há capital de giro. Fato esse que vai empobrecendo gradativamente o agricultor familiar sem que tenha condições de repor seus bens de capital.



Imagem 2 – Bairro Ortiguinha: plantação de maracujá.



Imagem 3 – Distrito de Ourilândia: plantação de ameixa e produção de mel de abelha Jataí.

Os números da economia pecuária no universo dos pequenos produtores organizam-se assim: 77,32% deles possuem pastagem; 41,24% criam pecuária de leite; 39,18% criam pecuária de corte; 62,89%, suínos; 83,51%, aves; 81,44%, ovos; 11,34% cultivam o bicho-da-seda, enquanto 17,53% ainda desenvolvem outros tipos de cultivo e atividades criatórias em pequena quantidade (muars, ovinos e outros).



Imagem 4 – Criação de bicho-da-seda, bovinos e suínos.

Como mencionado acima, parte dos alimentos produzidos pelo grupo pesquisado é destinada também ao consumo do agricultor e sua própria família.

Observe-se no Gráfico 11 que os percentuais da produção destinada à alimentação das famílias englobam 77% dos produtores:

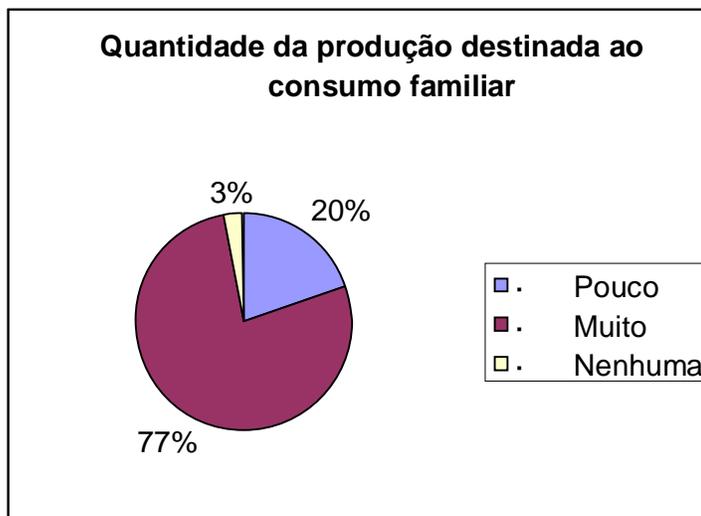


Gráfico 11 – Quantidade da produção destinada ao consumo familiar.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os 3% de produtores que não destinam produção alguma à alimentação das suas famílias são constituídos por aqueles que plantam exclusivamente produtos destinados à lavoura comercial, como soja e milho, e não residem na propriedade rural. As formas de produção são diferentes entre o pequeno, o médio e o grande proprietário. Suas características são bem diversas das daqueles que moram no sítio e possuem uma relação familiar maior com a terra.

#### 4.5 Caracterização ambiental

Pelo fato de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) exigir o cumprimento das leis ambientais referentes às áreas rurais, foi possível perceber, no grupo pesquisado, maior preocupação e cuidado com os recursos naturais das propriedades. Não obstante, apenas 14 das 73 propriedades que entrevistamos possuem vegetação nativa e fizeram o registro de acordo com a lei, enquanto 59 estão aguardando possíveis mudanças na Lei nº 4.771, de 15/09/65, do Código Florestal, que está sendo debatida pelo Congresso Nacional. Veja-se o Gráfico 12:

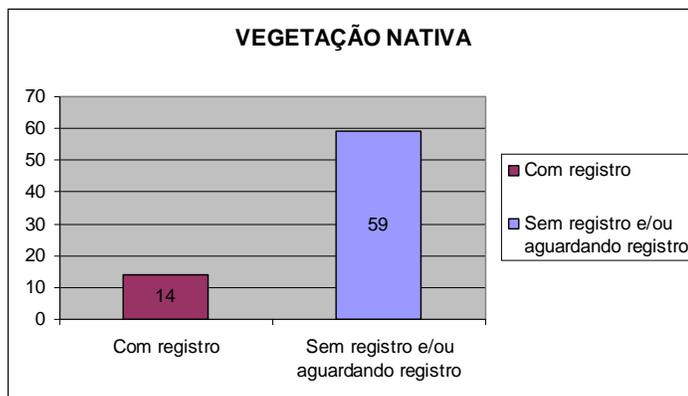


Gráfico 12 – Vegetação nativa: com e sem registro ou aguardando registro.  
Fonte: Dados da pesquisa.

É grande a insatisfação dos agricultores com a área destinada à preservação da mata ciliar<sup>28</sup>, a qual compreende trinta metros em cada margem de rios de até dez metros de largura e cinquenta metros em cada margem de rios cuja largura se situe entre dez e cinquenta metros.

Considerando-se que a maior parte das propriedades rurais possui área de até 24,2 ha (10,0 alq.) e que os rios da região não ultrapassam 10 metros de largura, o cumprimento da lei não é impossível e, além disso, traz benefícios, pois os trinta metros destinados à proteção da margem dos rios geralmente são áreas constituídas de várzeas e podem sofrer a ação de enchentes que destroem construções ou culturas que nelas forem implantadas.

O município de Barbosa Ferraz é bastante drenado por rios e córregos e possui como limite natural, em grande parte de suas terras, o rio Corumbataí, um dos maiores afluentes do Rio Ivaí. A maioria das propriedades visitadas possui rios (todos com mata ciliar isolada) ou córregos e nascentes. Observe-se o Gráfico 13:

<sup>28</sup> Também conhecida como mata de galeria, mata de várzea, vegetação ou floresta ripária. (Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2010, p. 2). Esta questão apresenta modificações na discussão do Novo Código Florestal: de 30 metros reduziria para 15 metros.

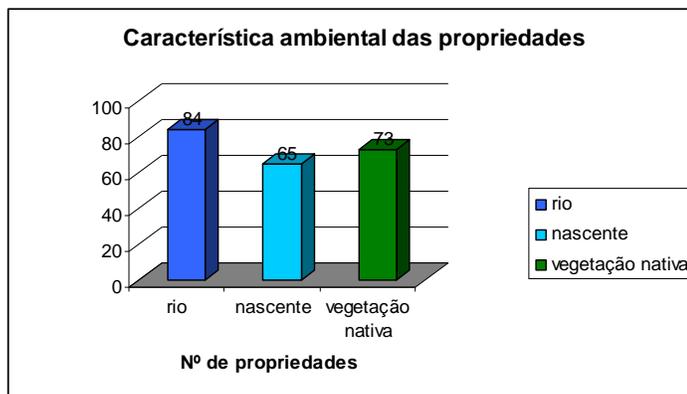


Gráfico 13 – Característica ambiental das propriedades.  
Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Em entrevista com um agricultor familiar, quando lhe perguntamos se existia nascente em sua propriedade, ele respondeu: “Após o isolamento da área e com a capoeira que nasceu a mina, que há muito tempo havia desaparecido, voltou a produzir água”.

Várias são as atividades de conservação ambiental praticadas pelos agricultores, entre as quais: conservação de solo, reflorestamento, proteção de encosta e utilização de adubo orgânico (aproveitamento de material orgânico produzido dentro da própria propriedade), e com destaque à proteção de mananciais e/ou matas ciliares, pois todos os que possuem em sua propriedade esses recursos cuidam de protegê-los.

É bastante comum a utilização de agrotóxicos nas propriedades rurais, o número chega a 77%. Aqueles que não utilizam consideram prejudicial ao meio ambiente.

Nem sempre se utiliza adubo orgânico por ser considerado mais ecológico, mas principalmente por causa do preço mais acessível, como é o caso do adubo misto, mais barato que o químico, segundo informações dos próprios agricultores. Os restos de produtos orgânicos produzidos na propriedade, como estrume de animais e alguns vegetais, também são aproveitados como adubo. Observem-se os dados na Tabela 17:

Tabela 17 – Atividades de conservação ambiental desenvolvidas pela população pesquisada.

<b>ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	
<b>Tipo de atividade</b>	<b>Nº de produtores que praticam</b>
1. Conservação do solo	65
2. Proteção de mananciais e/ou mata ciliar	95
3. Reflorestamento	37
4. Proteção de encosta	17
5. Utilização de adubo orgânico	12
6. Utilização de adubo misto	16

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas dois dos produtores rurais pesquisados não protegem mananciais e/ou matas ciliares, e não o fazem porque suas propriedades não possuem rio, córrego ou nascente. Percebe-se grande preocupação dos proprietários em manter em harmonia os recursos naturais de suas propriedades, o que é de extrema necessidade para o equilíbrio do meio ambiente. Evidente que a fiscalização do IAP justifica parte expressiva dessa preocupação com os recursos naturais.

Vários agricultores disseram que animais como gato-do-mato, jaguatirica, raposa e outros que já não existiam por ali há muito tempo estão voltando a povoar as matas. Alguns falaram isso até em tom de crítica, pois esses animais atacam e comem suas aves. Este fato se deve ao aumento das matas ciliares que vem ocorrendo na região como decorrência das exigências ambientais.

Na reserva nativa localizada no Bairro São Joaquim, com 12,1 ha (Imagem 5), segundo informações do proprietário, apareceram alguns animais silvestres, dentre eles macaco-prego e onça.



Imagem 5 – Bairro São Joaquim: reserva nativa de 12,10 ha.  
Fonte: Foto da autora registrada durante a pesquisa de campo (abril 2010).

#### 4.6 Caracterização tecnológica do agricultor familiar

A utilização de maquinários na lavoura pode ser considerada um referencial de desenvolvimento dos pequenos agricultores, muito embora o baixo rendimento socioeconômico impeça o acesso a maquinários adequados ao tamanho da área que possuem.

Apesar de fazer parte da Região Sul, que apresenta um dos mais elevados níveis de desenvolvimento tecnológico do Brasil, o município de Barbosa Ferraz apresenta baixo grau tecnológico no setor agropecuário. Em pesquisa realizada junto ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, à Secretaria Municipal de Agricultura e à Agroindustrial Cooperativa – COAMO, em julho de 2009, as três entidades afirmaram ser baixo o grau de especialização entre os pequenos produtores rurais do município de Barbosa Ferraz, embora considere de alta importância o uso de tecnologia. Essa observação demonstra uma concepção fortemente ligada à modernização da agricultura.

Outra forma de constatação do baixo grau de especialização em nossa pesquisa diz respeito à utilização de máquinas agrícolas. O trator é a máquina mais utilizada pelos agricultores, porém a maioria não o possui.

Quando ao entrevistado se perguntava se utilizava maquinários ou não, e quais, cerca de 20% daqueles que responderam disseram de forma espontânea<sup>29</sup>, que o trator era alugado. Se 70% afirmaram utilizar algum maquinário - portanto 20% destes alugam a máquina para o serviço da lavoura -, é possível pensar na possibilidade de que menos de 50% dos produtores tenham trator ou outra máquina particular.

Eles contratam o serviço quando necessário, e ainda assim, encontramos alguns que nunca o utilizam; para auxiliar no trabalho da lavoura em áreas bem pequenas, os entrevistados ainda usam a tração animal (Imagem 6), o que não significa expressivamente atraso, mas técnica adequada ao tamanho e localização geográfica da área.

---

<sup>29</sup> A pergunta do questionário sobre o assunto é de número 21. Como a resposta sobre a contratação do serviço de trator foi espontânea, cabe ressaltar a possibilidade de que o percentual de pequenos produtores que não possuem trator seja bem maior.



Imagem 6 – Agricultor familiar arando a terra: Distrito de Tereza Breda.  
Fonte: Foto da autora registrada durante a pesquisa de campo (abril 2010).

Os agricultores que contratam o trator também costumam contratar a colheitadeira no momento necessário.

Apesar da existência de linhas de crédito para aquisição de maquinários disponibilizados pelo Governo Federal e pelo Estado do Paraná ao produtor familiar, como o Pronaf Investimento<sup>30</sup>, o Programa Trator Solidário<sup>31</sup> e outros, ainda são poucos os produtores do município de Barbosa Ferraz que têm conseguido acesso a essa tecnologia. De acordo com informações obtidas junto à agência do Banco do Brasil do município, os primeiros tratores financiados pelo Programa Trator Solidário foram entregues para seis produtores no ano de 2008 e para três em 2009; e no ano de 2010 houve aprovação de dois novos contratos, os quais não puderam ser efetivados pela falta de enquadramento no Programa devido às atividades desses pequenos produtores.

Ainda segundo informações do Banco do Brasil, acredita-se que a maior dificuldade para acessar o Programa é a lista de espera que os produtores do Estado têm de enfrentar. O

---

<sup>30</sup> Linha de crédito do Programa Pronaf, do Governo Federal, “destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não no estabelecimento rural” (BRASIL, 2011).

<sup>31</sup> Programa do Governo Estadual do Paraná em parceria com o Banco do Brasil, criado em setembro do ano de 2007, visando à oferta de crédito ao Produtor Familiar para a compra de tratores com potência de 75 e 55 cavalos a preços abaixo do mercado, baixo juro e longo prazo para o pagamento. A proposta faz parte da modernização da Agricultura Familiar do Estado do Paraná (BRASIL, 2011).

número de solicitações dentro do Estado do Paraná ainda é grande. Verificamos duas questões que aparecem quando se discute a compra de maquinários: a primeira diz respeito ao trabalho executado de forma desarticulada entre agricultores familiares de um mesmo bairro que poderiam comprar um trator e uma colheitadeira para o trabalho coletivo e não o fazem. Talvez o acesso tardio do agricultor familiar brasileiro à terra explique esse fato. Não possuem o histórico do agricultor familiar europeu que sempre teve acesso à terra. Uma segunda explicação encontra-se nos altos preços e não na relação do tamanho do trator equiparado ao tamanho da área; inviabilidade do custo-benefício. Foi possível identificar ainda na relação dos órgãos de incentivo à agricultura familiar com os agricultores familiares, a ausência total de respeito ao processo de articulação desse agricultor com a produção e comercialização. Essas são questões que precisam ser superadas. Verifica-se ainda a inexistência de investimento à população jovem das propriedades familiares que deveria ser capacitada para articular conhecimento / tecnologia / produção e comercialização, tornando a agricultura familiar mais eficiente.

Além do uso da máquina, outros meios que envolvem o processo de desenvolvimento da prática dos produtores em suas lavouras também foram observados. Em se tratando de insumos agrícolas, por exemplo, constata-se elevado número de agricultores que utilizam adubo (orgânico, químico e misto) e agrotóxicos, cujos percentuais chegam, respectivamente, a 79% e 77%. Apesar do custo elevado, segundo os pequenos produtores, é indispensável a sua utilização para obter uma boa produtividade.

A baixa utilização de corretivos nos solos, segundo os agricultores, acontece devido a elevada fertilidade do solo no município. Em momento algum das entrevistas foi possível perceber o desejo do agricultor em utilizar corretivo considerando possível ganho produtivo e maior rentabilidade.

O baixo índice de pequenos produtores que recebem assistência técnica (apenas 33%) demonstra a falha no atendimento que o Estado, por meio de seus órgãos de assistência técnica, fornece aos pequenos produtores. Há ainda alguns depoimentos de que esses órgãos privilegiam em seus atendimentos as propriedades de médio e grande porte. A assistência técnica é fornecida mediante empréstimo bancário ou pelas cooperativas instaladas na área rural do Paraná. Em ambos os casos o agricultor familiar paga para obter o serviço. Um agricultor familiar declarou ter perdido toda a plantação de feijão do ano de 2009 por falta de orientação técnica. O agricultor solicitou assistência para a EMATER e não foi atendido, portanto, sem condições financeiras de pagar um técnico da área para assessorá-lo, acabou perdendo toda a sua plantação de feijão.

A EMATER possui um trabalho efetivo junto à agricultura familiar nas regiões do Paraná em que essa organização é mais expressiva. Nas regiões de expressão da produção em grande escala, fica a serviço das grandes propriedades.

A isso se somam as políticas destinadas aos setores agrícolas, que privilegiam os segmentos sociais extremos: ou grandes propriedades ou assentamentos do Movimento dos Sem-Terra – MST.

O percentual de produtores familiares da Região Sul que recebem assistência técnica, de acordo com o relatório “Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto” (2000) é de 47,2%; portanto o percentual do grupo pesquisado está 14,2% abaixo daquele dos produtores da Região Sul. A assistência técnica, dada a concepção impressa pelo processo de modernização agrícola, ainda restringe-se às propriedades com maquinários.

De acordo com informações do Jornal O Globo, de 30 de setembro de 2009, o censo agropecuário de 2006 aponta que apenas duas em cada dez propriedades rurais no Brasil desenvolvem atividades debaixo de orientações técnicas, sendo mais comum a assistência técnica em médias e grandes fazendas. A reportagem ainda mostra que as unidades que recebem assistência possuem, em média, 228 hectares e ocupam apenas 46% das terras do País. Nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Goiás foram observadas significativas reduções dessa prática.

A COAMO possui 81,39% dos 33% de pequenos produtores rurais pesquisados que são associados de cooperativas. Os restantes 18,61% são associados à APROCOR e à Cooperativa de Crédito Rural Solidário (CRESOL) e outras cooperativas.

Quanto à utilização de crédito agrícola, o índice apresentado no Gráfico 13 é de 46% dos produtores; muitos ainda dizem que utilizam por não terem outra opção, pois gostariam de não precisar do financiamento. No geral, 71% deles disseram já ter utilizado ao menos uma vez o Pronaf. Quando necessitam de financiamento, costumam recorrer ao Banco do Brasil, por considerarem melhores as condições dos serviços ofertados por esse banco oficial.

Acompanhe os dados nos Gráficos 14 e 15.

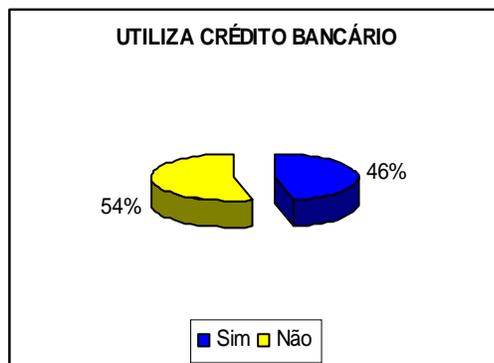


Gráfico 14 – Utilização de crédito bancário.  
Fonte: Dados da pesquisa.



Gráfico 15 – Utilização de PRONAF.  
Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante à participação dos pequenos produtores familiares no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, índice de participantes é de apenas 25%.

A Tabela 18 apresenta a sistematização das informações ora retratadas, referentes ao desenvolvimento tecnológico dos pequenos produtores familiares pesquisados.

Tabela 18 – Característica técnica e tecnológica do pequeno produtor rural.

<b>CARACTERÍSTICA TÉCNICA E TECNOLÓGICA DO PEQUENO PRODUTOR RURAL</b>	
<b>Instrumentalização</b>	<b>Produtores</b>
1. Máquina (trator, colheitadeira, bomba de veneno)	70%
2. Adubo (químico e orgânico)	79%
3. Corretivo	10%
4. Agrotóxico	77%
5. Assistência técnica	33%
6. Associados de cooperativas e associações	44%
7. Utilização de crédito agrícola	46%
8. Membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	25%

Fonte: Dados da pesquisa.

A observação dos dados da Tabela 18 evidencia que a prática de cultivo da agricultura familiar se assemelha à prática de cultivo da agricultura familiar de grande escala: utilização de adubos, agrotóxicos, maquinários e crédito agrícola.

#### 4.7 Contratação de trabalhadores

Os agricultores concentram seu trabalho nas pessoas da própria família. A contratação de trabalhadores para executar alguma atividade na propriedade é uma prática bastante comum entre o grupo pesquisado, chegando ao percentual de 54% de pequenos produtores rurais que exercem essa prática. Apesar de comum, a contratação é esporádica, apenas por poucos dias e para executar algumas tarefas específicas durante o ano, por isso não descaracteriza a figura do pequeno agricultor familiar.

O Quadro 2 apresenta os principais tipos de atividades para as quais os pequenos agricultores familiares costumam contratar trabalhadores, bem como a sua periodicidade desses contratos.

<b>Atividade</b>	<b>Periodicidade</b>
<b>1. Roçada do pasto</b>	<b>Uma vez ao ano</b>
<b>2. Plantio e colheita</b>	<b>No plantio e colheita</b>
<b>3. Manutenção de cerca</b>	<b>Quando necessário</b>
<b>4. Preparo de cilagem para o gado</b>	<b>Uma vez ao ano</b>
<b>5. Serviço com maquinário</b>	<b>Quando necessário</b>
<b>6. Vacinação do gado</b>	<b>Uma vez ao ano</b>

Quadro 2 – Principais causas apontadas pela população pesquisada para a contratação de trabalhadores.

Fonte: Dados da pesquisa.

As atividades relacionadas no Quadro 2 não ultrapassam trinta dias de contrato durante o ano, mesmo quando o produtor precisa contratar trabalhadores para mais de uma das atividades (informações fornecidas pelos entrevistados). Atividades como roçadas do

pasto, preparo de cilagem e vacinação para o gado ocorrem uma vez por ano. São atividades referentes à pecuária. Quando lidam com a lavoura, contratam nos dois períodos principais: plantação e colheita. As atividades com manutenção de cerca e serviços com maquinários são contratados quando necessário - geralmente porque precisam de ajuda e não possuem mão-de-obra dentro de seu núcleo familiar.

#### 4.8 Principais enfrentamentos do agricultor familiar

A classificação da FAO/INCRA comentado por Guanzirolli e Cardin (2000) evidencia a situação dos pequenos produtores quanto às dificuldades que enfrentam para manter as necessidades básicas de suas famílias com a renda das atividades da lavoura ou da agropecuária. Os Gráficos 16 e 17 apresentam essa realidade.



Gráfico 16 – As necessidades de sobrevivência da família da população pesquisada.  
Fonte: Dados da pesquisa.

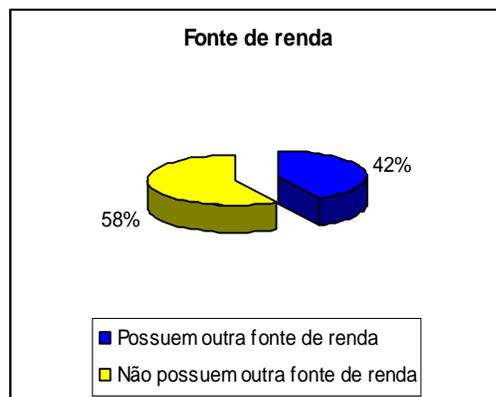


Gráfico 17 – Fonte de renda da população pesquisada.  
Fonte: Dados da pesquisa.

Os produtores que conseguem manter as necessidades básicas de seus familiares somente com a renda da atividade rural perfazem 48%; 58% não possuem outra fonte de renda que complemente a renda da família.

O grupo de produtores que não suprem suas necessidades apenas com a renda retirada da propriedade perfaz 52%, enquanto 42% deles possuem outra fonte de renda.

Diante dessa situação, muitos passam dificuldades financeiras, não têm assistência à saúde (médicos, planos de atendimento) e dirigem críticas ao Sistema Único de Saúde. Segue o depoimento de dois produtores a respeito:

*“... adquiri um problema na minha coluna por trabalhar na roça e fazer serviço pesado, mas tenho de continuar trabalhando, não tenho condição financeira de pagar alguém pra fazer o serviço, então vou levando. O SUS é muito demorado e a gente tem que esperar para ser atendido.”* (F.B. 48 anos de idade).

*“...eu tenho um tumor na cabeça e estou tratando lá em Londrina no Hospital do Câncer. Vou de ônibus pra lá agora; é só uma vez por mês. Estou nessa vida tem três anos. De vez em quando a Prefeitura me dá uma passagem, mas demora. Consegui o auxílio-doença do governo, senão tava passando fome aqui no sítio, porque não posso ficar no sol, o médico disse; então eu faço só umas coisinha aqui. Quero vender o meu sítio e ir morar na cidade com meu filho. Lá é melhor; a mulher pode trabalhar também”* (H.P. 51 anos de idade).

Não foram apenas dois os casos encontrados na pesquisa, mas os exemplos citados demonstram a grave situação de abandono em que muitos vivem atualmente. Não é comum a utilização de plano de saúde particular entre os agricultores familiares, não recebem assistência técnica, não são sindicalizados, e quando o são, dizem não fazer muita diferença, e assim vão vivendo. Reflexo do grau de marginalização em que estão inseridos.

Perguntamos aos pequenos produtores rurais quais são as maiores dificuldades que eles têm enfrentado para responder ao processo de produção agrícola ou pecuária. Das opções apresentadas por nós e respondidas por eles obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 19 – Dificuldades enfrentadas pelo agricultor familiar em Barbosa Ferraz.

Dificuldades	% de agricultores familiares
Efetuação de empréstimos	32
Ausência de política de crédito p/ pequenos produtores rurais	29
Preço baixo do produto p/ venda	21
Intempéries climáticas	38

Fonte: Dados da pesquisa.

Embora o item *intempéries climáticas* apresentasse o maior percentual (38%) entre as respostas, percebemos que o item *fazer empréstimos*, envolvendo a necessidade de fazê-los e questões burocráticas, aparece como destaque quanto à relação de dependência política do agricultor familiar descapitalizado. Não é o agricultor familiar absorvido pelo mercado. Os mesmos reclamam da burocracia e das severas exigências dos órgãos competentes no momento de se efetuar a contratação da operação creditícia, o que contribui em muito na desistência da operação.

A falta de políticas de crédito declarada pelos pequenos produtores é algo que contradiz as informações de órgãos oficiais do Governo envolvidos com o crédito agrícola. A política existe, não há como negá-lo. O Pronaf existe desde o ano de 1995.

Diante da melhoria das políticas públicas destinadas à agricultura familiar nos últimos anos e do avanço da política de crédito para a categoria, como compreender o depoimento de 61% dos agricultores familiares que apontam a inexistência de política de crédito e dificuldades em efetuar empréstimos?

De acordo com o Portal do Agronegócio<sup>32</sup> (2010), “à agricultura familiar foram destinados mais de R\$ 6 bilhões em operações de custeio e investimento, evolução de 25% em relação à safra anterior”.

<sup>32</sup> O Portal do Agronegócio é uma empresa vinculada ao Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa da Universidade Federal de Viçosa – MG.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário a fevereiro/2010, o Governo Federal disponibilizou na safra 2009/2010, R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar e R\$ 92,5 bilhões para a empresarial, valores superiores em 37% ao disponibilizado na safra anterior (MDA, 2010).

Mesmo diante dos avultados valores de crédito agrícola destinado aos pequenos produtores anunciado pelo Governo Federal, foi possível encontrar um grupo de 24% de agricultores desta categoria que disseram ter dificuldade de acesso. São as famílias descapitalizadas.

Quanto ao baixo preço dos produtos para venda, apenas 18% dos entrevistados consideram a alternativa como uma das dificuldades, porém esse tema também se repete em outra parte da pesquisa, quando perguntamos o que pensam da política agrícola brasileira. Entre outras respostas, 69 produtores (71,13%) disseram que o produtor não tem um bom preço na venda de seus produtos.

O Gráfico 18 apresenta a insatisfação dos pequenos produtores rurais com a falta de garantia de preços mínimos dos produtos, que é de responsabilidade do Governo Federal, segundo eles. Observe:

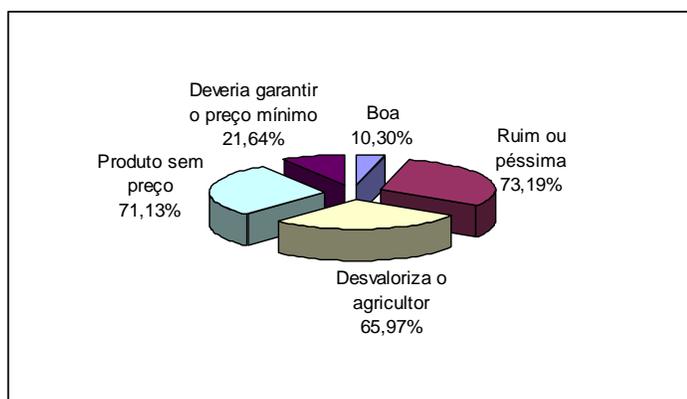


Gráfico 18 – Causas da insatisfação com a política agrícola federal no Brasil.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os números que aparecem no gráfico referem-se ao percentual das respostas dadas pelos agricultores. A soma das respostas ultrapassa 100% pelo fato de cada um deles assinalar mais de uma alternativa.

Fica notório o descontentamento entre eles quando, além de reafirmarem que o produto não possui um bom preço de venda, sentem-se desvalorizados; e ainda considera (73,19%) ruim ou péssima a política agrícola federal.

Já o nível de insatisfação com o desenvolvimento de suas atividades, ou seja, com o seu trabalho, é de 27,87%. Parece uma contradição com as respostas anteriores, mas precisamos entender que o nível de satisfação aqui se refere diretamente à atividade que desenvolvem; ou seja, independentemente do resultado econômico de seu trabalho, aqueles que estão na roça gostam daquilo que fazem, enquanto aqueles que responderam estar insatisfeitos associaram seu descontentamento ao aspecto econômico, os demais o ligaram a gostar do trabalho. Observem-se os dados nos Gráficos 19 e 20.



Gráfico 19 – Nível de satisfação da população em trabalhar com a terra.  
Fonte: Dados da pesquisa.

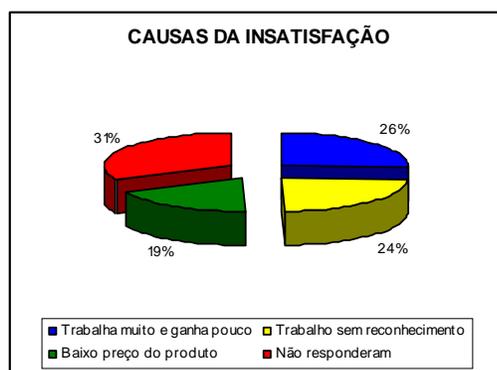


Gráfico 20 – Causas da insatisfação da população em trabalhar com a terra.  
Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados pode se referir ao que já foi apontado anteriormente, à descapitalização do agricultor familiar. O PRONAF atinge um índice que não abrange toda a produção familiar.

Podemos verificar que as principais causas da insatisfação dos pequenos produtores rurais estão relacionadas com o resultado final de seu trabalho, ou seja, com a desvalorização dos seus produtos, cujos preços eram inadequados. Na pesquisa, em sua maioria, eles revelaram que trabalham com a terra por gostar; mas eles também gostariam de viver de seu trabalho e de poder estudar seus filhos.

Por fim, apesar de serem punidos por permanecerem na terra, esses agricultores buscam diuturnamente resistir à estrutura fundiária historicamente concentrada, tanto no Estado do Paraná quanto no Brasil como um todo.

São ainda os excluídos que sobraram do processo de modernização conservadora que excluiu parte significativa dos agricultores familiares, mas que num balanço final é possível dividi-los em dois grupos:

- 1º) Os agricultores familiares que por alguma razão permaneceram na terra e acompanharam o processo de mecanização;
- 2º) Os agricultores familiares que permaneceram na terra, mas foram se descapitalizando até atingir uma condição atual que não atende nem os critérios mínimos do PORNAF.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Barbosa Ferraz localiza-se na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense. A organização desse espaço insere-se no contexto das pequenas propriedades familiares resultante do processo de colonização e desenvolvimento do Norte e Noroeste do Estado do Paraná.

As reais condições socioeconômicas de Barbosa Ferraz colocam o município entre os mais pobres dos vinte e cinco que compõem aquela mesorregião paranaense, com um IDH de 0,700, ocupando a 18ª posição. Seu desempenho negativo deve-se principalmente aos quesitos renda e alfabetização de adultos, os quais se encontram inferiores à média estadual. A expectativa de vida é de 66,6 anos, enquanto o índice de alfabetização corresponde a 77,13%.

O percentual de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar chega a mais de 86%, entretanto ocupa apenas uma área de 17.958 ha, ou seja, pouco mais de 32% do total da área no município, enquanto a área não familiar possui 37.837 ha, com percentual de 67,81% (IBGE, Censo Agropecuário, 2006). Dados que vêm ao encontro da realidade paranaense e brasileira, acentuada concentração fundiária.

Após os serviços, a agricultura (IBGE Cidades, 2007), com destaque à produção de milho e soja, a pecuária (IBGE Cidades, 2009), principalmente a bovinocultura (51.081 cabeças) e a avicultura (223.000 cabeças) são as atividades de maior peso no PIB do município, atingindo R\$ 33.261,00, contra R\$ 57.238,00 em serviços e R\$ 7.384,00 em indústrias (IBGE, Cidades, 2008).

Os resultados da pesquisa de campo trouxeram alguns apontamentos importantes. O grau de escolaridade dos entrevistados se mostrou muito baixo, o que acaba por dificultar o desenvolvimento de suas atividades. O nível de escolaridade é um ingrediente importante para desencadear o processo de transformação.

Um estudo realizado com produtores orgânicos familiares residentes nas proximidades de Curitiba, com capacitação formal e conhecimento de mercado, mostrou melhor desempenho no mercado, quebrando paradigmas e trazendo novas visões por parte dos agricultores.<sup>33</sup>

Enquanto isso, muitos entrevistados acreditam que para trabalhar com a lavoura ou com a pecuária não precisam de estudo, mas que seus filhos devem estudar e trabalhar na

---

<sup>33</sup> Cf. Mazzoleni e Nogueira (2006).

cidade para ter uma vida melhor. Esse é o discurso de muitos. Expressão de uma visão antiga de agricultura; muito sustentada nos paradigmas da política cepalina.

A fraca assistência técnica ao pequeno produtor familiar de Barbosa Ferraz foi outra constatação importante: 33% dos entrevistados disseram não receber o serviço ou recebê-lo uma vez ou outra. Mesmo com poucas orientações os agricultores não modificam sua relação de produção.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi construída em parceria com organizações governamentais e não governamentais e a sociedade civil, e instituída pelo Governo Federal a partir do ano de 2003. O Programa possui várias diretrizes e planeja anualmente suas ações com base nas demandas da agricultura familiar. De acordo com os dados do MDA<sup>34</sup>, desde o ano de 2003 o investimento em assistência técnica a esse segmento chegou a mais de 1,5 bilhões de reais. Só no ano de 2009 foram investidos 482,5 milhões.

Infelizmente, é possível notar um distanciamento entre o PNATER e o atendimento ao produtor familiar no município estudado. Talvez as questões operacionais do Programa e os interesses políticos tenham impedido que o serviço chegue até o produtor familiar. Além disso, pode-se perceber a pouca articulação entre as instâncias local, estadual e nacional, considerando-se que o Programa tem como propósito articular recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes com vista ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional.

A pesquisa realizada com os pequenos produtores familiares apontou que 71% destes já utilizaram ao menos uma vez o PRONAF e 54% costumam recorrer a financiamentos bancários para custeio ou investimentos; entretanto, quando vão dizer das dificuldades que enfrentam em suas atividades, 61% dizem ter problemas em executar empréstimos bancários e apontam ainda a falta de políticas de crédito para o produtor familiar.

Como compreender a situação dos pequenos produtores familiares no município de Barbosa Ferraz, já que temos visto nos últimos tempos o bom desempenho da agricultura familiar no Brasil? A produção tem aumentado ano após ano. O censo agropecuário 2006 aponta que a agricultura familiar possui renda por hectare de R\$ 667,00, contra R\$ 358,00 da agricultura patronal (MDA, Pronaf: Plano Safra, 2010/2011).

Este desenvolvimento deve-se principalmente ao Pronaf, que tem se apresentado como um instrumento de valorização desse segmento e como a principal política pública para a

---

<sup>34</sup> Conf. Plano safra Agricultura Familiar 2009/2010.

agricultura familiar brasileira (SCHNEIDER, 2006). Apesar disso, é possível verificar alguns entraves que acabam por dificultar e até impedir maiores avanços, tanto que muitos pequenos produtores familiares não conseguem ter acesso aos recursos do Programa por não se enquadrarem nas exigências das instituições que o ofertam. Até mesmo aqueles que já utilizaram o Programa ao menos uma vez, nem sempre conseguem acesso a ele. Cumpre ainda considerar que as garantias são definidas pelas instituições financeiras com observância às normas pertinentes do Banco Central do Brasil (2010) e que essas instituições não têm o compromisso social de assumir prejuízos.

Em entrevista com uma funcionária do setor de crédito agrícola da agência do Banco do Brasil do município de Barbosa Ferraz, ficou claro que uma série de situações operacionais dificulta a contratação do crédito ao pequeno produtor familiar, como:

- Falta de documentação do imóvel rural explorado (título de proprietário ou anuência do proprietário);
- Impossibilidade de garantia de pagamento do crédito quando a quantidade de terras é insuficiente (imóveis com menos de 4 ha não são aceitos como hipoteca);
- A indevida utilização dos recursos do Pronaf, que tem gerado crescimento da inadimplência, tornando o Fundo de Aval deficitário<sup>35</sup> e impedindo novas contratações;
- Inadimplência superior a 2% do volume total de recursos liberados da linha de crédito por município (a existência de um ou dois agricultores com inadimplência ocorrida em um dado período impede a nova contratação até mesmo daqueles que não são inadimplentes);
- Falta de enquadramento do agente contratante pela presença da pluriatividade<sup>36</sup> no estabelecimento familiar;
- Inexistência de orientação técnica aos pequenos produtores familiares quanto à aplicação dos recursos creditícios; e
- Desvio, mediante empréstimo, do dinheiro destinado ao Pronaf para médias e grandes propriedades, pelas facilidades de contratação e de descontos.

---

<sup>35</sup> Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC) ou Fundo de Aval. Trata-se de um fundo criado com recursos do Tesouro Nacional que são administrados pelo BNDES e têm como finalidade garantir parte do risco de crédito dos pequenos produtores familiares que não puderem pagar suas dívidas (BNDES, 2011).

<sup>36</sup> [...] “refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura” [...]. [...] “a definição operacional da pluriatividade tem a ver com o exercício de múltiplas atividades por pessoas que pertencem a uma mesma família” (SCHNEIDER, 2006, p. 2).

Entre outros entraves constatamos que o crédito rural destinado ao pequeno produtor familiar é interceptado por agricultores patronais. Agricultores “espertalhões” que querem se beneficiar dos baixos juros e carências de pagamento conseguem burlar o sistema financeiro e conseguem grande quantidade de crédito em nome de um grupo de pequenos produtores familiares. Isso de fato ocorreu há cerca de quatro anos no município de Barbosa Ferraz, e ainda hoje parte dos pequenos produtores que fazem essa operação encontra-se inadimplente e impedida de efetuar novos contratos de financiamento junto às instituições financeiras. Reflexo das relações patronais que assolam o Brasil desde as Sesmarias.

A falta de fiscalização do poder público, instituições financeiras fornecedoras do crédito e a desconexão entre as várias instâncias públicas (municipal, estadual e federal) dificultam rastrear os investimentos, proporcionando facilidades para a atuação e favorecimento do poder local, estimulada também pelo incentivo à produção agrícola empresarial.

A situação socioeconômica de parte dos agricultores familiares do município de Barbosa Ferraz mostra a trágica consequência da modernização da agricultura dos anos sessenta, visto que grande parte desses agricultores (com mais de 50 anos de idade), ainda que muito jovens, viveram na “pele” aquele momento brasileiro. Apesar da implantação de políticas públicas destinadas ao segmento desde os anos de 1990, esses agricultores permaneceram em condição de miséria e lutam incansavelmente para alcançar melhores condições de vida.

Poderiam se manifestar politicamente de forma organizada e apontar a necessidade de aprimoramento do PRONAF, com vistas a tender a agricultura familiar que se descapitalizou nesse processo de modernização agrícola.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas, SP: Hucitec: Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_; VEIGA, J. E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Texto para discussão n. 641 – Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td\\_0641.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0641.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2011.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Novas instituições para o desenvolvimento rural** : o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1999.

AQUINO, J. R. de. **PRONAF**: Política agrícola discriminatória? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004. Uberlândia, 2004. Disponível em: <[www.sep.org.br/artigo/ixcongresso94.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/ixcongresso94.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BELIK, W. **Avaliação da operacionalização do programa PRONAF**. [1999 ou 2000?] Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>>. Acesso: 13 jul. 2010.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Vozes, 1987.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense, 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARVALHO, M. A. de; SILVA, C. R. L. da. Preços mínimos e estabilização de preços agrícolas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 52-63, jan./mar. 1993. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/49-4.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2010.

COMPANHIA MELHORAMENTO NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da companhia melhoramentos norte do Paraná. São Paulo: Ave Maria, 1975.

CONWAY, G. (Org.). **Uma agricultura sustentável para a segurança alimentar mundial**. Brasília, DF: Embrapa-SPI, Petrolina: Embrapa – CPATSA, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GONZALEZ, B. C de R.; COSTA, S. M. A. L. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n.10, maio 1998. Disponível em: <[http://www.upf.tche.br/cepeac/download/rev\\_n10\\_1998art1.pdf](http://www.upf.tche.br/cepeac/download/rev_n10_1998art1.pdf)>. Acesso: 6 jul. 2010.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. E. **Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. 2006. Disponível em:  
<<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A169.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

\_\_\_\_\_; CARDIN, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, 2000. 74 p.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JESUS FILHO, A. de. **Perspectivas de sustentabilidade da agricultura irrigada no Pólo de Juazeiro/Petrolina diante do conflito de usos de água na região**. 2004. Dissertação (Mestrado em Análise Regional)–Universidade Salvador, Salvador, 2004. Disponível em:  
<[http://tede.unifacs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=107](http://tede.unifacs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=107)>. Acesso em: 29 jul. 2010.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

LUCENA, R. B. de; SOUZA, N. de J. **Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/2000**. [2001?]. Disponível em:  
<[http://www.nalijsoza.web.br.com/pol\\_agr\\_br.pdf](http://www.nalijsoza.web.br.com/pol_agr_br.pdf)>. Acesso: 19 jul. 2010.

MAGALHÃES, M. B. de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

PAULUS, D. et al. Solução nutritiva para produção de menta em hidroponia. **Horticultura Brasileira**. v. 26, n. 1, jan./mar. 2008. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/hb/v26n1/a12v26n1.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

MANÇANO, B. F.; LEAL, G. M. **Contribuições Teóricas para a pesquisa em Geografia Agrária**. 2002. São Paulo. Disponível em:  
<[http://scholar.google.com/scholar?as\\_q=contribui%C3%A7%C3%B5es+te%C3%B3ricas+para+a+pesquisa+em+geografia+agr%C3%A1ria&num=10&btnG=Pesquisar+no+Google+Acad%C3%AAmico&as\\_epq=&as\\_oq=&as\\_eq=&as\\_occt=title&as\\_sauthors=%22bernardo+mancano%22&as\\_publication=&as\\_ylo=&as\\_yhi=&hl=pt-BR](http://scholar.google.com/scholar?as_q=contribui%C3%A7%C3%B5es+te%C3%B3ricas+para+a+pesquisa+em+geografia+agr%C3%A1ria&num=10&btnG=Pesquisar+no+Google+Acad%C3%AAmico&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_occt=title&as_sauthors=%22bernardo+mancano%22&as_publication=&as_ylo=&as_yhi=&hl=pt-BR)>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MANÇANO, B. F.; PIKETTY, M. G. Política de crédito do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. 2005. **Caderno de Ciências & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005. Disponível em:  
<[http://scholar.google.com/scholar?as\\_q=contribui%C3%A7%C3%B5es+te%C3%B3ricas+para+a+pesquisa+em+geografia+agr%C3%A1ria&num=10&btnG=Pesquisar+no+Google+Acad%C3%AAmico&as\\_epq=&as\\_oq=&as\\_eq=&as\\_occt=title&as\\_sauthors=%22bernardo+mancano%22&as\\_publication=&as\\_ylo=&as\\_yhi=&hl=pt-BR](http://scholar.google.com/scholar?as_q=contribui%C3%A7%C3%B5es+te%C3%B3ricas+para+a+pesquisa+em+geografia+agr%C3%A1ria&num=10&btnG=Pesquisar+no+Google+Acad%C3%AAmico&as_epq=&as_oq=&as_eq=&as_occt=title&as_sauthors=%22bernardo+mancano%22&as_publication=&as_ylo=&as_yhi=&hl=pt-BR)>. Acesso em: 5 ago. 2009.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis; Vozes, 1983.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):** concepção, abrangência e limites observados. 2001. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/trabalhosbsp3.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

MICHELLON, E. **Agricultura familiar, pluriatividade e o novo rural.** Maringá: Centro Universitário de Maringá. Núcleo de Educação à Distância, 2009.

NEPON: Núcleo de Estudos de Política Monetária do Ibmec/MG. **Análise de conjuntura -** janeiro 2009. 2009. Disponível em: <<http://nepom.wordpress.com/2009/01/19/titulo>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

NUNES, S. P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. **Deser:** Boletim Eletrônico, n. 156, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Pronaf.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

REZENDE, G. C. **Crise Externa e agricultura:** Brasil, anos 80. Rio de Janeiro: Fase, 1988.

SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material e econômica.** Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCHNEIDER, S. Políticas Públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL/ALASRU, 7., 2006. Quito, Ecuador. **Anais...** Ecuador: [s. n.], 2006.

\_\_\_\_\_; WESTPHALEN, F.; GAZOLLA, M. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO SOBER, 18., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: [s. n.], 2005.

SILVA, José Graziano da. **Modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

SOARES, Adriano Campolina. **A multifuncionalidade da agricultura familiar.** n. 87, dez./fev. 2000/2001. Disponível em: <<http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/multifuncionalidad.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

TEIXEIRA, E. C. **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI.** Viçosa: Finep: Fapemig, 1993.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar:** interação entre políticas públicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa. **Portal do Agronegócio.** Disponível em: <[portaldoaqronegocio.com.br/2](http://portaldoaqronegocio.com.br/2)>. Acesso em: 15 mar. 2010.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Hucitec, 1991.

WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

## **BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS**

AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO FREI TITO PARA A AMÉRICA LATINA. Brasil: **Lula abandonou a reforma agrária, diz pesquisador**. 2008. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32709>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. **As transformações capitalistas na agricultura e a questão agrária**. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/29859/29413>>. Acesso: 20 jul. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é Pronaf**. 2010. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/pronaf.asp#1](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#1)>. Acesso em: 13 fev. 2010.

BANCO do Brasil vai financiar agricultores no programa trator solidário. **Jornal Agrosoft Brasil**, 28 set. 2007. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/26256.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965. **Institucionaliza o crédito rural**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4829.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006. **Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Atenção básica e saúde da família**. Disponível em: <<http://200.214.130.35/dab/atencaobasica.php>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Crédito rural**: evolução do Pronaf. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Evolução do Pronaf**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Agropecuária: mecanismo de apoio**. 2011. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atualizacao/Agropecuaria/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Agropecuaria/)>. Acesso em: 15 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:hCidvfnQEYwJ:www.mda.gov.br/portal/need/arquivos/download/arquivo\\_354.pdf%3Ffile\\_id%3D4301864+MANUAL+OPERACIONAL+DO+PRONAF&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEEShGM0up-JEPDLKgwOh9JsZDez3R55Gp1EMa\\_Ab788aJAA5ZKN\\_aLuva\\_5yPH7aKTzqIIAiM2nhcS WmL\\_-dYpC7qOBOPiW-l-7KaKwK5v7fk\\_zAKJbXiUA3taM5OpaycyjoeTSg&sig=AHIEtbTFVSMx4nqev8d6xe5JFTxKTG-4Sw](http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:hCidvfnQEYwJ:www.mda.gov.br/portal/need/arquivos/download/arquivo_354.pdf%3Ffile_id%3D4301864+MANUAL+OPERACIONAL+DO+PRONAF&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEEShGM0up-JEPDLKgwOh9JsZDez3R55Gp1EMa_Ab788aJAA5ZKN_aLuva_5yPH7aKTzqIIAiM2nhcS WmL_-dYpC7qOBOPiW-l-7KaKwK5v7fk_zAKJbXiUA3taM5OpaycyjoeTSg&sig=AHIEtbTFVSMx4nqev8d6xe5JFTxKTG-4Sw)>. Acesso em: 24 jan. 2011.

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

DERANI, C. Desenvolvimento Sustentável. In. DICIONÁRIO de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Desenvolvimento+sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília, DF: Embrapa Produção da Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999.

IBGE. **Censo Agropecuário do Paraná 1960**. Rio de Janeiro, 1960.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Paraná 1970**. VIII Recenseamento geral, série regional. Rio de Janeiro, 1970. v. 3, tomo 19.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Paraná 1980**. IX Recenseamento geral do Brasil, 1980. Rio de Janeiro, 1983. v. 2, n. 20, tomo 3, 1 parte.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Paraná 1980**. IX Recenseamento geral do Brasil, 1980. Rio de Janeiro, 1983. v. 2, tomo 3, n. 20 – 2 parte.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário do Paraná 1985**. Rio de Janeiro, 1985. n. 22.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm)>. Acesso em: 10 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006**. Resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2007.  
Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuário.pdf>>. Acesso em: jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Primeiros Resultados do Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:  
<[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

IPARDES. **Base física ambiental**. 2002. Disponível em:  
<[http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/tabelas\\_meso\\_noroeste.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/tabelas_meso_noroeste.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios, 2010**. Disponível em:  
<[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=86960&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=86960&btOk=ok)>. Acesso em: 20 jan. 2011.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. Agricultura Orgânica: características básicas do seu produtor. **Rev. Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 44, n. 2, 2006. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032006000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032006000200006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 Jan. 2011.

ORIENTAÇÃO técnica não chega ao pequeno produtor rural, mostra Censo Agropecuário do IBGE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 set. 2009. Disponível em:  
<<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/09/30/orientacao-tecnica-nao-chega-ao-pequeno-produtor-rural-mostra-censo-agropecuário-do-ibge-767844615.asp>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Programa Mata Ciliar**. 2010. Disponível em:  
<<http://www.mataciliar.pr.gov.br/mo.php?conteudo=11>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Plano safra as agricultura familiar 2010/2011**. Disponível em:  
<[http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/psafra\\_ag\\_familiar\\_2010\\_11.pdf](http://www.seab.pr.gov.br/arquivos/File/deral/psafra_ag_familiar_2010_11.pdf)>. Acesso em: 5 fev. 2011.

PAULUS, D.; MEDEIROS, S. L. P.; SANTOS, O. S.; PAULUS, E. Solução nutritiva para produção de menta em hidroponia. **Horticultura Brasileira**, Campinas, SP, v. 26, n. 1, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hb/v26n1/a12v26n1.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa. **Portal do Agronegócio**. Disponível em:  
<[portaldoagronegocio.com.br/2](http://portaldoagronegocio.com.br/2)>. Acesso em: 15 mar. 2010.

